AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 42 | Nº 04 | ABRIL 2022 | R$ 15,00



FERTILIZANTES

É PRECISO REDUZIR A DEPENDÊNCIA EXTERNA

FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

DESCARBONIZAÇÃO AS AÇÕES DO BRASIL COMO EXEMPLO PARA O MUNDO

MERCADO DE CARBONO METODOLOGIAS FAVORECEM PAÍSES RICOS

AGROINDÚSTRIA 2022 PODE SER MAIS UM ANO SEM CRESCIMENTO

National Wildlife Federation apoia o desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro

A National Wildlife Federation foi fundada em 1936 e há mais de 35 anos desenvolve o programa internacional Wildlife Conservation, que combina conhecimentos nas áreas de economia, recursos naturais, sensoriamento remoto e Sistema de Informações Geográficas - SIG, além de direito internacional e ecologia tropical, para promover soluções baseadas no mercado e apoiar o desenvolvimento sustentável do agronegócio ao redor o mundo.
Atualmente, a NWF desenvolve no Brasil projetos na cadeia de valor da produção pecuária e trabalha em parceria com produtores, empresas líderes no mercado, investidores, pesquisadores e outros atores importantes, para promover soluções viáveis e resultados onde todos ganham: o mercado, a sociedade e o planeta.

A NWF desenvolve soluções pragmáticas, que sejam economicamente viáveis para impulsionar práticas agrícolas sustentáveis e desvincular a agropecuária do desmatamento. Isso tudo para ajudar o Brasil a cumprir o destino de ser o grande produtor de alimentos do mundo e, ainda, conservar suas florestas e biodiversidade!
Para cumprir essa missão, a NWF entende que é fundamental trabalhar com técnicos brasileiros, por isso conta com um time próprio e exclusivamente dedicado aos trabalhos desenvolvidos no Brasil e, atualmente, está trabalhando para ampliar seus projetos para outros biomas, como o Cerrado.

Conheça nossa equipe no Brasil



Francisco Beduschi

Eng. Agrônomo

Líder da NWF no Brasil

Responsável pela coordenação do time, desenvolvimento de estratégias, implementação dos trabalhos, engajamento do setor privado e parcerias com outras organizações, além de representar a NWF em diversos fóruns de discussão no Brasil.



Katiuscia Moreira

Eng. Florestal

Especialista em Soluções Tecnológicas

Responsável pelo desenvolvimento e implementação de novas abordagens, ferramentas e apoio técnico aos atores, com foco em promover uma cadeia de suprimento sustentável no agronegócio.



Rodrigo Dias Lopes

Zootecnista

Especialista em Agronegócio e Pecuária Sustentável

Responsável pelo engajamento de frigoríficos e produtores, tanto na Amazônia como no Cerrado, na adoção de melhores práticas e apoio técnico para a adoção de práticas sustentáveis na cadeia de fornecimento.

Saiba mais em:

internacional.nwf.org
internacional@nwf.org

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles (Licenciado), Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Willy Otto Jordan Neto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Antonio Alberto Gouvea Vieira, Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio, Carlos Eduardo de Freitas, Cid Heraclito de Queiroz, Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio Grande do Sul, Federação Brasileira de Bancos (Isaac Sidney Menezes Ferreira), IRB – Brasil Resseguros S.A. (Antônio Cássio dos Santos), Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maria Tereza Leme Fleury, Miguel Pachá, Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Resseguros e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (Ronaldo Mendonça Vilela), Souza Cruz S/A (Jorge Irribarra)
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A. (Solange Srour), Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Monteiro Aranha Participações S.A. (Olavo Monteiro de Carvalho), Ricardo Gattass, Rui Barreto, Sul América Companhia Nacional de Seguros (Patrick de Larragoiti Lucas)

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Luiz Carlos Duque
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cecília Fagan, Teresa Cristina Vendramini, Marcello Brito, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

A **AGROANALYSIS** É UM DOS MAIS **IMPORTANTES VEÍCULOS** FORMADORES DE OPINIÃO NO **SETOR DO AGRONEGÓCIO**.

SÃO MAIS DE 40 ANOS NO MERCADO GARANTINDO A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO QUE CHEGA ATÉ VOCÊ!



www.agroanalysis.com.br
contato@agroanalysis.com.br

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

PREOCUPAÇÃO COM OS FERTILIZANTES

A GUERRA na Ucrânia estende-se por mais de um mês, com efeitos econômicos distintos para diferentes regiões do Planeta. No Brasil, a inflação tem subido recorrentemente desde fins de 2020, principalmente como consequência das restrições causadas pela pandemia de COVID-19. Neste momento, com a guerra, a alta dos preços internacionais do petróleo e de outras *commodities* só agrava esse cenário, com perspectiva de a inflação brasileira fechar o ano entre 6% e 8%.

Para tentar reduzir a inflação, o Banco Central do Brasil (BCB) tem subido sistematicamente a taxa básica de juros (Selic), que deve chegar a 12,75% a.a. na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em maio. Por outro lado, essa alta da Selic tem atraído capitais externos para a economia, o que tem condicionado a queda na cotação do dólar nas últimas semanas. Esses ingressos têm se somado aos bons resultados das contas externas brasileiras, o que tem proporcionado uma considerável oferta de dólares no mercado de câmbio.

A queda do câmbio pode ser um fator positivo para reduzir a pressão sobre os custos de produção do agro, que também sofrem os efeitos da guerra entre Rússia e Ucrânia. Com o início da guerra, as importações de fertilizantes da Rússia, o maior fornecedor brasileiro, tornaram-se incertas. Isso ocorre às vésperas do plantio da safra de verão 2022/23, no segundo semestre deste ano, causando muita preocupação para as cadeias do agronegócio. É importante lembrar que o Brasil importa de vários países mais de 85% do seu consumo total de fertilizantes. Mais do que nunca, o produtor precisa ser ainda mais eficiente na gestão da propriedade. A fim de reduzir os custos, talvez precise utilizar o estoque de fertilidade existente no solo para reduzir, de maneira responsável, a dosagem necessária de adubo. Muitos fornecedores de fertilizantes e de defensivos têm pedido pagamento antecipado, para garantir a entrega. E, então, é preciso ter dinheiro no banco e muita confiança no fornecedor. Vale lembrar, também, que, com a Selic maior do que 12% ao ano, os juros em caso de compras a prazo serão muito elevados.

Olhando para a agroindústria nacional, o setor deve registrar, de acordo com o Índice de Produção Agroindustrial (PIMAgro), uma expansão de apenas 0,2% neste ano no cenário-base projetado pelo Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro). Esse resultado equipara-se ao de 2021, que também fechou praticamente no mesmo patamar do ano anterior (-0,1%). A estabilidade da agroindústria em 2021 poderia até ser considerada uma boa notícia, dado que o ano foi marcado pela segunda onda de COVID-19, contudo a economia como um todo foi melhor do que no ano anterior, o que não se refletiu na produção agroindustrial.

Entre os desafios colocados à indústria de alimentos na retomada do crescimento da produção, está a necessidade de inovar, em resposta à crescente preocupação dos consumidores com a saúde e a conservação do meio ambiente. Apenas como exemplo, o crescimento das vendas globais de carnes feitas de soja, ervilha e outras fontes de proteínas vegetais foi de 239,8% nos três primeiros meses da pandemia de COVID-19 quando em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Se a preocupação é meio ambiente, a agropecuária brasileira é um exemplo mundial de sustentabilidade: o País tem 48,4% de toda a oferta interna de energia proveniente de fontes renováveis; apenas no setor de transportes, 32,0% de todos os combustíveis e as energias utilizados são renováveis. O Brasil tornou-se um exemplo notável de integração virtuosa de cadeias produtivas e de complementaridade entre agricultura alimentar e agricultura energética, em que esta última contribui e alavanca a produção de alimentos. Por essa razão, o País tem a chance de liderar o esforço de descarbonização, estabelecendo o mercado de carbono mais dinâmico do Planeta.

Aqui, vale uma atenção, pois, neste momento, o mercado de carbono que opera no mundo serve para atender, prioritariamente, os interesses dos países desenvolvidos. O rol de metodologias que autoriza a venda de créditos no mercado de carbono hoje institui uma máquina de subsídios voltada para a produção dos países ricos e contrária à produção sustentável do mundo tropical. Por exemplo, um pecuarista francês que melhora a nutrição do boi criado em confinamento pode vender os créditos de carbono equivalentes

ao corte de emissões de metano. Ao mesmo tempo, o pecuarista brasileiro que melhora a qualidade do pasto que alimenta o boi, reduzindo em até 20% o tempo de abate, com imensa economia de carbono e de terra, não é elegível para a venda de créditos pela sua prática sustentável. Assim, para servir ao mundo, o cálculo dos créditos de carbono deve ajustar-se à realidade de cada país, exatamente como a comunidade internacional estabeleceu no Acordo de Paris.

A entrevista deste mês conta com a presença do ministro Carlos França, do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Ele traz uma visão brilhante, muito bem resumida, do papel geopolítico que representa o agronegócio brasileiro no mercado mundial de alimentos. Junto aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Meio Ambiente (MMA), o MRE montou uma elogiável estratégia de atuação na 26ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-26/UNFCCC, nas siglas em inglês), realizada em 2021, em Glasgow (Escócia). Esse passo importante abriu espaço para a diplomacia nacional ocupar nas questões ambientais e de mudanças climáticas que voltarão a ser discutidas na COP-27, a ser realizada no Cairo (Egito).

No Caderno Especial da ***Agroanalysis*** deste mês, há a cobertura do 12º Simpósio da Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais (ASBRAM), com o tema "O Brasil sustentável pronto para alimentar o mundo". Esse é um dos eventos mais esperados pelo setor, tendo reunido mais de 350 profissionais de indústrias do segmento. Com apresentações de alto nível, palestrantes trataram sobre a contenda de desafios emergentes e o procedimento que cabe ao Brasil na produção global de alimentos. Fica cada vez mais evidente que não é possível falar sobre aumento de eficiência e produtividade na produção de proteína animal sem enfatizar a ciência e a tecnologia. ■



ACOMPANHE NOSSAS REDES SOCIAIS



@fgvagro
/fgvagro
@fgvagroanalysis
FGV Agro
/fgvagro

www.agroanalysis.com.br contato@agroanalysis.com.br

SUMÁRIO

04 EDITORIAL

07 **ENTREVISTA**
CARLOS FRANÇA
ITAMARATY NA DEFESA E NA PROMOÇÃO DO AGRO NACIONAL

10 **FRASES & COMENTÁRIOS**

12 **MACROECONOMIA**
IMPACTOS ECONÔMICOS DA GUERRA

13 **AGRODROPS**

15 MERCADO & NEGÓCIOS

15 CAPA MAIS UM ANO BEM DESAFIADOR PARA A AGROINDÚSTRIA

17 CAPA SUSTENTABILIDADE DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

19 SAÚDE, CONSCIÊNCIA SOCIAL E PRAZER GUIAM O MERCADO DE ALIMENTOS

21 O PRÓXIMO SALTO DA AGRICULTURA

23 SUSTENTABILIDADE

23 CAPA MERCADO DE CARBONO: A FAVOR DOS PAÍSES RICOS E CONTRA OS PAÍSES POBRES

25 CPR VERDE NA PRÁTICA

27 GESTÃO

27 CAPA UM OLHAR SOBRE O MERCADO DE FERTILIZANTES

39



ASBRAM
O BRASIL SUSTENTÁVEL PRONTO PARA ALIMENTAR O MUNDO

37



JACTO
E AGORA: COMO ECONOMIZAR FERTILIZANTES E GARANTIR PRODUTIVIDADE?

34 **APD | BRASIL-ALEMANHA**
SOJA, O DESMATAMENTO E UM OLHAR DE FORA

38 **NWF NO BRASIL**
PECUÁRIA PODE ABRIR NOVOS MERCADOS COM A RASTREABILIDADE DOS SEUS PRODUTOS

45 **FAESP**
A AMEAÇA À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E À SEGURANÇA ALIMENTAR

46 DIÁRIO DE BORDO
INCERTEZAS

47 PRODUZIR
IMPACTO SOBRE O MERCADO DE FERTILIZANTES

48 OPINIÃO
UMA SAA MAIS PRÓXIMA DO PRODUTOR E DOS MUNICÍPIOS

49 REFLEXÃO
UM CONVITE AO BRASIL

50 **PIMAGRO**

ITAMARATY NA DEFESA E NA PROMOÇÃO DO AGRO NACIONAL

CARLOS FRANÇA
Ministro do Ministério das Relações Exteriores (MRE)
Da Redação

COM O ciclo de diplomacia crescente do agronegócio em escala mundial, o MRE estreita relações e desenha um perfil de atuação com esse setor de fundamental importância para as economias brasileira e internacional. Com pensamento unido aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Meio Ambiente (MMA), o MRE montou uma estratégia de atuação memorável na 26ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-26/UNFCCC, nas siglas em inglês), realizada em 2021, em Glasgow (Escócia). Ações inteligentes dessa grandeza reforçam a natureza do caminho a ser tomado nos próximos anos. A exposição do ministro Carlos França traz uma visão lúcida do potencial agroambiental do País.

AGROANALYSIS: POR QUE O MRE PRIORIZA O AGRONEGÓCIO NACIONAL?

CARLOS FRANÇA: A promoção do agronegócio como motor do crescimento econômico brasileiro e das nossas exportações é um elemento central da política externa brasileira. A conquista de novos mercados para os produtos agropecuários brasileiros é um objetivo permanente do nosso trabalho no Brasil e no exterior. Como se trata de um segmento de atuação global, participamos de forma expressiva nos mercados de todos os continentes. Um estudo recente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) aponta que a produção nacional de alimentos abastece mais de 800 milhões de pessoas no mundo.

Hoje, o Brasil é o quarto maior produtor de grãos, o segundo maior exportador global de carnes, o maior exportador de carne de frango, o maior produtor mundial de soja e o maior exportador líquido de alimentos. Os nossos produtos chegam a mais de 150 países. Nos últimos dois anos, em plena pandemia de COVID-19, o agro nacional mostrou muita consistência em termos de crescimento. Isso comprova a sua produtividade e resiliência. Tornamo-nos o país com o maior saldo comercial nesse setor-chave da economia mundial. Em 2021, tivemos um superávit comercial recorde com a China, o nosso maior parceiro comercial.

COMO O BRASIL, QUE JÁ FOI UM PAÍS IMPORTADOR DE ALIMENTOS, TORNOU-SE UM GRANDE EXPORTADOR?

CF: Talvez, para alguns, pareça natural referir-se ao Brasil como um ator de peso no comércio agropecuário mundial. Entretanto, como sabemos, não foi sempre assim. E creio que não será exagero dizer que o Brasil não estava necessariamente predestinado a atingir essa posição no comércio internacional de produtos agropecuários. O fato é que, no entanto, a transformação do nosso País de importador de alimentos, com uma agropecuária ineficiente e de baixa produtividade, em uma potência agroambiental de primeira grandeza resultou de um esforço de décadas; um esforço conduzido conjuntamente pelo Estado e pelo setor privado brasileiros. Esse esforço ganhou força, sobretudo, a partir da década de 1960, com políticas públicas estrategicamente direcionadas, apoio consistente à produção, estabelecimento de sistemas eficazes de financiamento público e privado e criação de uma das maiores redes de pesquisa e desenvolvimento agrícola do mundo, capitaneada pela Embrapa.

Esse foi, e tem sido, um processo árduo, com avanços e retrocessos. Contudo, os resultados dessa longeva empreitada coletiva – que, hoje, podem soar naturais ou óbvios – são inequívocos. E são também impressionantes: ao longo de vinte anos, a participação do agronegócio nas exportações brasileiras quintuplicou, passando de US$ 24 bilhões para US$ 120 bilhões, respondendo,


DIVULGAÇÃO

> **"QUANTO MAIS FORTE FOR O AGRO BRASILEIRO, TANTO MELHORES SERÃO OS RESULTADOS DO NOSSO TRABALHO DIPLOMÁTICO..."**

atualmente, por mais de 40% de todas as vendas externas do Brasil. Somos efetivamente um dos principais centros de abastecimento de alimentos do mundo. Graças à nossa competitividade nesse setor e à agregação de valor aos nossos produtos agropecuários, estamos nos transformando em uma espécie de "supermercado do mundo".

EXISTE SINERGIA ENTRE DIPLOMACIA E AGRONEGÓCIO?

CF: Sim, muita. E espero que essa sinergia seja cada vez maior. Estamos cientes, no Itamaraty, de que a força do nosso agronegócio é um dos elementos que conferem mais peso e influência à voz do diplomata brasileiro nas negociações econômico-comerciais internacionais. Quanto mais forte for o agro brasileiro, tanto melhores serão os resultados do nosso trabalho diplomático, pois as posições do Brasil terão mais força nos foros negociadores internacionais. O Itamaraty tem se empenhado na abertura de novos mercados, no monitoramento e na manutenção do acesso a mercados já conquistados, bem como na diversificação da pauta exportadora.

Desde o início da gestão do presidente Jair Bolsonaro, os esforços do MRE – inclusive da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) –, em estreita cooperação com o MAPA, em particular com a sua rede de adidâncias agrícolas junto às nossas Embaixadas, já resultaram na abertura de mercados para as exportações do agronegócio em 47 países, na aprovação de cerca de 178 novos certificados sanitários e na habilitação de centenas de estabelecimentos exportadores brasileiros. Em coordenação com o MAPA e o MMA, e aberto às contribuições do setor privado e da sociedade civil, o Itamaraty tem defendido os interesses da nossa agropecuária e sublinhado a importância de se encontrar soluções equilibradas. Temos agido dessa maneira na Organização Mundial do Comércio (OMC) e em outros foros ou organismos internacionais. Para citar alguns exemplos recentes, recordo as nossas atuações na Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas e na COP-26, em 2021.

O MERCADO INTERNACIONAL DE BENS AGRÍCOLAS SEGUE DISTORCIDO?

CF: Infelizmente, essa constatação ainda prevalece no mercado internacional. As cotas e as barreiras não tarifárias são mais numerosas no comércio agrícola quando em comparação a qualquer outro setor. As tarifas aplicadas sobre bens agrícolas representam mais do que o dobro quando estes são comparados aos bens industriais das economias do G20 (dezenove maiores economias do mundo mais a União Europeia). Se considerarmos os países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), esses valores triplicam.

O nosso principal foco nas mesas negociadoras tem sido tentar limitar e reduzir as formas distorcivas de subsídios à produção agropecuária. Aqui, chamo a atenção, sobretudo, para as barreiras ambientais ao comércio. Já há algum tempo, argumentos ambientais constituem uma ameaça forte e injusta à reputação do agro brasileiro. Uma plataforma legítima e necessária como o desenvolvimento sustentável tem sido desvirtuada em certos mercados para servir de fachada a um resgate do discurso protecionista. Temas como o desmatamento de florestas tropicais e o uso de defensivos agrícolas são discutidos e projetados de forma superficial, distorcida e, lamento dizer, maledicente.

HÁ RISCOS DE DISTORÇÃO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL?

CF: Sim, sem dúvida. A definição arbitrária de países e produtos com "alto risco de desmatamento", com base em critérios pouco claros e sem fundamentos científicos acordados, resultará inevitavelmente em distorções no comércio internacional. Nos próximos anos, percepções errôneas sobre o produto brasileiro também poderão resultar na utilização de padrões técnicos sanitários e fitossanitários como barreira não tarifária, inclusive com exigências de certificação, rastreabilidade e requisitos privados.

Estamos atentos e preparados para defender o conjunto de normas que rege o setor agrícola e as instituições que zelam pela sua aplicação, como a OMC. Em foros como ela, trabalhamos, permanentemente, para tratar das distorções no comércio agrícola como um tema-chave incontornável da recuperação econômica internacional, de modo a aperfeiçoar as condições de acesso a mercados para produtos agrícolas.

QUAL É O PAPEL DO AGRO NA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL?

CF: Para nós, trata-se de um papel fundamental. Está prevista, para este ano, a 12ª Conferência Ministerial da OMC. O nosso objetivo central na Conferência é garantir que a agropecuária esteja no centro da agenda da recuperação comercial e econômica internacional. Usaremos o peso do Brasil para demandar que o sistema multilateral de comércio seja menos distorcivo e mais previsível. Sem uma abertura efetiva no setor agrícola, não há progresso possível no comércio internacional. As condições de

"USAREMOS O PESO DO BRASIL PARA DEMANDAR QUE O SISTEMA MULTILATERAL DE COMÉRCIO SEJA MENOS DISTORCIVO E MAIS PREVISÍVEL."

concorrência e as regras de mercado têm de valer para todos, em todos os setores.

Também é nossa ambição reforçar, na OMC, a necessidade de aplicação do Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (Acordo SPS), utilizado de modo enviesado por alguns países, no que constitui um dos mais importantes focos de protecionismo no comércio agropecuário hoje. Nesse particular, o Brasil juntou-se, recentemente, ao Canadá e aos Estados Unidos em uma proposta de Declaração Ministerial sobre o tema, a qual já conta com o apoio de mais de noventa países-membros da Organização. A proposta visa engajar o Comitê do SPS da OMC em uma discussão profunda a respeito de como implementar, da melhor maneira possível, o Acordo SPS, levando-se em conta os desafios enfrentados pela agropecuária no século XXI.

A participação do agro brasileiro no mercado internacional também vem sendo ampliada mediante a celebração de acordos pelo Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Durante a última presidência brasileira do MERCOSUL, no segundo semestre de 2021, o Brasil concentrou-se na rápida conclusão das últimas pendências técnicas e da revisão formal e jurídica do acordo entre o MERCOSUL e a União Europeia. Buscamos finalizar todas as questões técnicas que faltavam para permitir a assinatura do acordo com a possível brevidade.

HAVERIA OUTRAS AÇÕES DO ITAMARATY A DESTACAR?

CF: Continuamos realizando rodadas negociadoras com outros grandes parceiros comerciais, como Canadá, Coreia do Sul, Egito, Índia, Israel e Singapura. Também intensificamos o diálogo com outros blocos comerciais, como a União Aduaneira da África Austral (SACU, na sigla em inglês), com quem já temos um acordo de comércio preferencial, e a União Econômica Euroasiática (UEE), que inclui a Rússia e países da Ásia Central.

O Brasil e o MERCOSUL também têm se mantido atentos a possíveis outras frentes negociadoras, para não deixar de aproveitar todo o nosso potencial de integração às cadeias globais de agregação de valor. Isso ganha especial importância à luz da recente celebração dos chamados "mega-acordos", que envolvem, principalmente, os grandes mercados asiáticos, a exemplo do Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica (AAPPT) e da Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP, na sigla em inglês).

Em outra frente, o Itamaraty também está trabalhando para evitar que problemas surgidos no mercado internacional de fertilizantes possam afetar o suprimento brasileiro. Em coordenação com o MAPA, temos atuado com afinco na identificação de potenciais fornecedores alternativos de fertilizantes.

"NO CENTRO DESSA EMPREITADA CONJUNTA ENTRE OS SETORES PÚBLICO E PRIVADO, ESTÁ A REPUTAÇÃO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO..."

EXISTEM OUTROS TEMAS COMPLEMENTARES?

CF: Também estamos, no Itamaraty, em sintonia com os novos temas, com destaque para a questão do bem-estar animal. O Brasil tem uma sólida legislação sobre o assunto. Defendemos que a discussão sobre proteção do bem-estar animal esteja sempre ancorada em estudos científicos amplamente reconhecidos, sem desconsiderar as diferentes realidades locais e culturais. Para tanto, é necessário, da nossa parte, um esforço duplo: divulgar as nossas boas práticas aos parceiros comerciais; e acompanhar, de forma permanente, o desenvolvimento das discussões sobre o assunto em foros internacionais. Devemos estar sempre atentos para evitar que o tema venha a ser utilizado como mais um pretexto para a criação de novas barreiras abertas ou veladas ao comércio internacional de produtos agropecuários.

Para finalizar, gostaria de ressaltar que devemos, cada vez mais, unir os nossos esforços. A nossa atuação internacional precisa, mais do que nunca, promover e defender a imagem do Brasil e os interesses da economia e da população brasileiras. No centro dessa empreitada conjunta entre os setores público e privado, está a reputação do agronegócio brasileiro, nos seus aspectos de sustentabilidade, eficiência, qualidade, sanidade e responsabilidade. Só assim, conseguiremos enfrentar as opiniões discricionárias e infundadas, bem como os obstáculos comerciais discriminatórios, colocados no nosso caminho por aqueles que querem proteger suas produções domésticas, menos produtivas e competitivas do que a nossa. ■

A ***Agroanalysis*** agradece ao Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Cosag/Fiesp) por conceder a gravação da palestra realizada na sua sede, em 27 de fevereiro último, pelo ministro Carlos França, do MRE, para a montagem desta entrevista.

FRASES & COMENTÁRIOS


MARCOS OLIVEIRA/ AGÊNCIA SENADO

“Por ser bastante dependente de fertilizantes, a agricultura brasileira precisa ter uma produção própria desse insumo. Essa questão é um problema antigo.”

“O Plano Nacional de Fertilizantes (PNF) identificou gargalos nas áreas de legislação, tributação e licença ambiental. Os investidores desistem de explorar o potencial existente.”

TEREZA CRISTINA, ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

“Firmado na 26ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-26/UNFCCC, nas siglas em inglês), o Compromisso Global de Metano traz vantagens para o Brasil no contexto da economia verde.”

“No Programa Nacional de Redução de Metano (Metano Zero), os produtores rurais e os gestores de aterros sanitários viram fornecedores de energias limpas e biofertilizantes. Precisamos valorizar esse tipo de gestão.”

JOAQUIM PEREIRA LEITE, ministro do Ministério do Meio Ambiente (MMA)

“Planejada e desejada, a construção do desenvolvimento econômico deve contar com o apoio da sociedade e do Estado.”

“O novo ciclo para uma indústria competitiva, diversificada e sofisticada passa pela economia verde e tem a digitalização como pano de fundo.”

JOÃO CARLOS MARCHESAN, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ)

“Com cinquenta projetos em andamento, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) receberá recursos para aumentar a oferta nacional de fertilizantes.”

FLÁVIO AUGUSTO VIANA ROCHA, secretário da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR)



"As recentes aberturas de mercado constroem parcerias ao permitir a exportação de produtos e tecnologias com maior valor agregado."

"As empresas brasileiras produzem sementes que atendem o mercado do Egito, enquanto o Governo monta a plataforma de exportação para a África e a Ásia."

CESAR SIMAS TELES, adido agrícola do Brasil na Embaixada do Egito

"A mudança climática e a proteção do meio ambiente não devem virar medidas protecionistas e restringir o acesso a mercados."

"A questão ambiental e o comércio fazem parte da solução para espalhar tecnologias menos intensivas em carbono no mundo."

NGOZI OKONJO-IWEALA, diretora-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC)



EDILSON RODRIGUES/ AGÊNCIA SENADO

"**A potência operacional da fonte solar fotovoltaica atingiu 14 gigawatts e superou a marca da usina hidrelétrica de Itaipu.**

"**Esse empreendimento diversifica o suprimento de energia elétrica, reduz a pressão nos recursos hídricos e diminui aumentos na conta.**

RODRIGO SAUAIA, presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR)



SHUTTERSTOCK

IMPACTOS ECONÔMICOS DA GUERRA

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV EESP)

O CONFLITO no Leste Europeu envolvendo a Rússia e a Ucrânia estende-se por mais de um mês, e as consequências econômicas para a economia global não são pequenas. Os efeitos adversos sobre o crescimento econômico global e sobre os preços internacionais das *commodities* não são pequenos. Por conta disso, a economia mundial deve crescer menos do que o previsto neste ano, com uma inflação mais elevada. E os efeitos econômicos do conflito são distintos para diferentes regiões do Planeta.

Sem dúvida, a região mais afetada será a Europa, que terá um custo de 1% no seu crescimento econômico, devendo crescer 3% neste ano. O conflito também trará impactos do ponto de vista da inflação, devendo elevá-la em 1,5% e fechando o ano em 3,8%. Por conta disso, o Banco Central Europeu (BCE) já sinalizou que encerrará o programa de recompra de ativos no segundo trimestre do ano e elevará a taxa de juros na Zona do Euro até o final do ano.

Nos Estados Unidos (EUA), os impactos são menores, mas também não são desprezíveis. A inflação no país já se encontrava em um patamar relativamente elevado antes do início do conflito na Europa. O efeito sobre os preços internacionais das *commodities* decorrente da guerra tem o impacto de elevar ainda mais a inflação norte-americana. As projeções indicam que o impacto do conflito deve elevar a inflação em mais 1% nos EUA neste ano. O Fed (Banco Central norte-americano) elevou a taxa de juros em 0,25% na reunião de março último e sinaliza novos aumentos adiante, podendo, inclusive, acelerar o ritmo de altas nos juros.

A China parece ser menos vulnerável aos choques adversos oriundos do conflito no Leste Europeu. O Congresso Nacional do Povo estabeleceu uma meta de 5,5% de crescimento para 2022. A partir disso, o governo chinês tem gerado estímulos via política fiscal e no setor imobiliário. A economia chinesa deve crescer 5,3% neste ano.

Os efeitos da guerra na Ucrânia também se fizeram sentir sobre a economia brasileira em diferentes dimensões. A mais direta tem sido sobre a dinâmica dos preços na nossa economia. Sob essa perspectiva, a inflação brasileira tem subido recorrentemente desde fins de 2020, sem dar sinais de trégua. Desde o início do ano, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em doze meses tem se situado em um patamar superior a 10%. A alta dos preços internacionais do petróleo e de outras *commodities* só agrava esse cenário para a economia brasileira. Tudo indica que a inflação brasileira fechará o ano acima de 8%, podendo gerar, ainda, alguma inércia para 2023.

O Banco Central do Brasil (BCB) tem atuado no sentido de tentar lidar com a escalada do processo inflacionário. O Comitê de Política Monetária (Copom) tem subido sistematicamente a meta da taxa básica de juros (Selic). Nesse sentido, o BCB deixou evidente, na ata da reunião do Copom de março, que promoverá mais uma elevação de 1,00% na taxa na próxima reunião, elevando-a para 12,75% a.a., e que está pronto para novas elevações caso necessário. Isso evidencia que os próximos indicadores de inflação ditarão as decisões do BCB em termos de juros daqui para frente. O que o Banco espera é que a inflação mostre uma trajetória consistente de queda a partir de abril.

A alta dos juros no Brasil, por sua vez, tem atraído um fluxo de recursos externos para a economia nacional, o que tem condicionado a queda na cotação do dólar nas últimas semanas. Esses ingressos têm se somado aos bons resultados das contas externas brasileiras, o que tem proporcionado uma considerável oferta de dólares no mercado de câmbio.

O movimento de apreciação deve manter-se no curto prazo, dado que o aperto monetário nas economias desenvolvidas ainda está no seu início. No entanto, é importante ressaltar que, no médio prazo, as incertezas oriundas do processo eleitoral e do quadro fiscal brasileiro deteriorado podem influenciar o comportamento da taxa de câmbio e inverter essa trajetória. ■

IMPACTO DO AGRO SOBRE O COMÉRCIO EXTERNO DO BRASIL

É interessante olhar o desempenho da balança comercial brasileira nos quinquênios entre 1990 e 2021. O crescimento das receitas das exportações totais (Brasil) foi de 793,9% no período, ficando abaixo do agronegócio, com crescimento de 828,3%. Ainda, a grande diferença dessas duas contas está no saldo comercial: no agronegócio, as despesas com importações não passam de 15% das receitas, enquanto, nos demais bens, são mais elevadas. Isso explica o saldo positivo da balança comercial do País.

BRASIL: EXPORTAÇÕES TOTAL E DO AGRONEGÓCIO
(US$ MILHÕES)

ANO	Brasil (1)	Agronegócio (2)	2/1 (%)
1990	31.414	12.990	41,35
1995	46.506	20.871	44,87
2000	55.086	20.610	37,41
2005	118.692	43.589	36,72
2010	201.788	76.441	37,88
2015	190.971	88.210	46,19
2020	209.817	100.807	48,04
2021	280.814	120.586	42,94

Fonte: SECEX

COMMODITIES DESTACAM-SE NA PAUTA DE EXPORTAÇÃO

Em 2021, a soja, mais uma vez, despontou na primeira posição entre os produtos mais exportados do agro nacional, tendo crescido 36,4% em relação ao ano anterior. Esse foi o maior incremento ocorrido no exercício, à frente de produtos florestais (+21,9%), carnes (+20,7%) e café (+16,4%). Alguns itens tiveram variação negativa, principalmente por causa de adversidades climáticas (seca e geada), como o milho (-28,1%). A desvalorização do real em relação ao dólar deu uma importante competitividade às exportações nos últimos dois anos. E, para este ano, o cenário mostra sinais fortes de sustentação desse cenário.

BRASIL: PRODUTOS EXPORTADOS PELO AGRONEGÓCIO
(US$ BILHÕES)

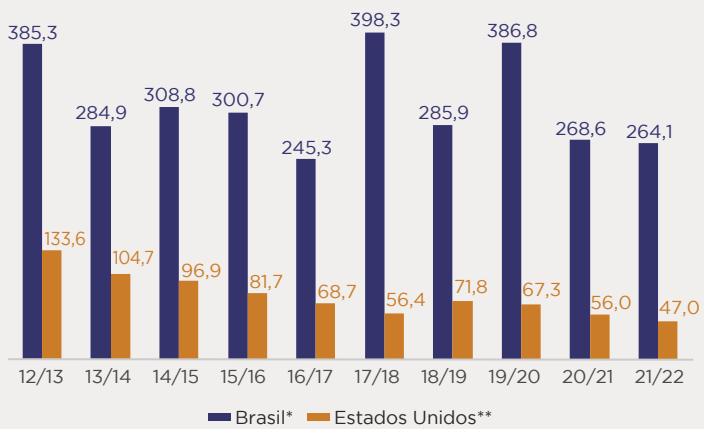
PRODUTOS	2019	2020	2021	Var. % (2021/2020)
Complexo soja	32,6	35,2	48,0	36,4
Carnes	15,9	16,4	19,8	20,7
Produtos florestais	12,9	11,4	13,9	21,9
Açúcar e álcool	6,3	10,1	9,9	-2,0
Milho	7,3	5,7	4,1	-28,1
Café	5,2	5,5	6,4	16,4
Algodão	2,7	3,2	3,4	6,3
Fumo	2,2	1,6	1,5	-6,3
Suco de laranja	1,9	1,4	1,6	14,3
Outros	10,2	10,3	12,0	16,5
TOTAL	**97,2**	**100,8**	**120,6**	**19,6**

Fonte: SECEX

QUEBRAS NAS SAFRAS DE LARANJA

A colheita no cinturão de São Paulo e Triângulo/Sudoeste Mineiro, principal região citrícola do mundo, teve uma forte queda nas duas últimas safras (2020/21 e 2021/22). Junto do déficit hídrico e da temperatura alta, a temida doença do *greening* também atacou os pomares. Assim, as produtividades despencaram para os menores níveis verificados nos últimos doze anos. Essa situação vigora em plena temporada de bienalidade positiva, quando as árvores apresentam condições fisiológicas para gerar uma carga de frutos superior à do ciclo anterior. Esse quadro de baixa oferta também acontece no estado da Flórida, nos Estados Unidos, atingidos por uma forte geada. Enfim, houve uma grande baixa na produção dos dois maiores países produtores de laranja.

PRODUÇÃO DE LARANJA
(MILHÕES DE CAIXAS DE 40,8 QUILOS)



Fonte: *Fundecitrus; **USDA

COMPROMISSOS ESTREITAM-SE ENTRE BRASIL E CHINA

A relação de cooperação comercial entre brasileiros e chineses no século XXI teve um crescimento expressivo até agora. A análise das pautas de exportação e importação desses dois países mostra um alto grau de interdependência. Nessa relação de troca, a China é o principal destino das exportações brasileiras de soja (58% das exportações), carnes bovina (51%), suína (63%) e de frango (17%), celulose (33%), açúcar (15%) e algodão (31%). Do outro lado, a China tem o Brasil como principal fornecedor de soja (62% das importações), carnes bovina (41%) e suína (12%), celulose (15%) e açúcar (51%).

BRASIL: EXPORTAÇÃO PARA A CHINA E HONG KONG EM 2021

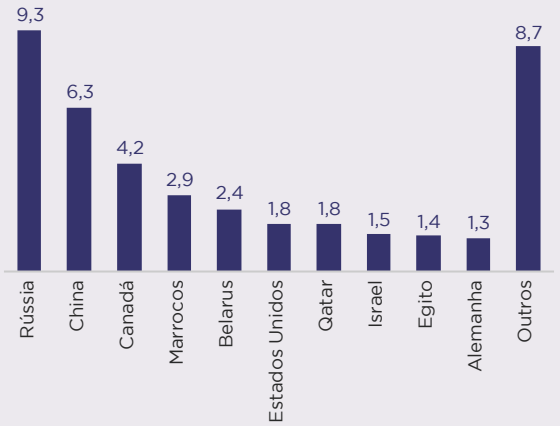
PRODUTOS	Valor das exportações (US$ milhões)	*Ranking* e participação	
		Na exportação do Brasil	Na importação da China e de Hong Kong
Soja	27.680	1° e 58%	1° e 62%
Carne bovina	4.704	1° e 51%	1° e 41%
Celulose	2.858	1° e 33%	2° e 15%
Carne suína	1.650	1° e 63%	3° e 12%
Carne de frango	1.452	1° e 17%	1° e 41%
Açúcar	1.414	1° e 15%	1° e 51%
Algodão	993	1° e 31%	2° e 29%
TOTAL	**40.751**	**1° e 35%**	**1° e 15%**

Fonte: SECEX (2021); UN Comtrade (2021)

ESTRATÉGIA DA DIPLOMACIA DOS FERTILIZANTES

O Brasil apresenta uma dependência de adubo importado, que praticamente dobrou e atingiu cerca de 85% do seu consumo de 2012 a 2021. Esse cenário deve prevalecer nos próximos anos. Apesar de ter lançado o Plano Nacional de Fertilizantes (PNF) com a proposta de inovar a produção nacional, o governo federal depara-se com uma crise no balanço mundial da produção e do suprimento desse insumo. Nesse contexto, a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, dois países importantes no comércio de fertilizantes, veio agravar essa situação. Em caráter de urgência, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) articulou, junto ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), uma série de visitas diplomáticas a países na busca de fechamento de negócios.

BRASIL: IMPORTAÇÃO DE FERTILIZANTES
(MILHÕES DE TONELADAS)

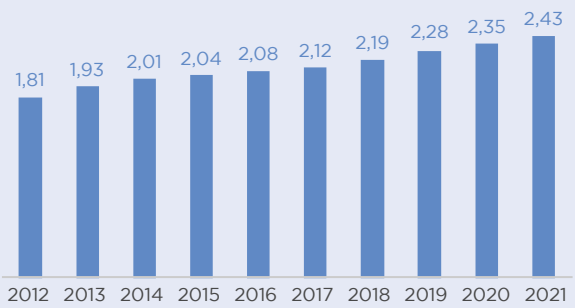


Fonte: SECEX

CRESCE A FROTA NACIONAL DA AVIAÇÃO AGRÍCOLA

O Brasil mantém a segunda posição de maior força aérea agrícola do Planeta, atrás apenas dos Estados Unidos (que têm mais de 3,6 mil aeronaves) e à frente de países como Argentina, Austrália, Canadá, Costa Rica e Nova Zelândia, entre outros. Esse número teria mais grandeza se fossem consideradas as aeronaves que estão em situação de reserva de marca no Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB) da Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC) porque os fabricantes não conseguiram entregar as encomendas. A frota nacional é liderada por Mato Grosso (24,7%), Rio Grande do Sul (17,2%), São Paulo (13,2%) e Goiás (12,1%). Mais potentes e de melhor rendimento nas grandes lavouras, a tendência é de uma maior participação das aeronaves turboélices no mercado aeroagrícola nacional.

BRASIL: FROTA DE AERONAVES AGRÍCOLAS
(MILHARES DE UNIDADES)



Fonte: Araujo E.C./SINDAG

MAIS UM ANO BEM DESAFIADOR PARA A AGROINDÚSTRIA

ROBERTA POSSAMAI[1], FELIPPE SERIGATI[2]

A produção agroindustrial deve registrar uma expansão de apenas 0,2% neste ano, segundo o cenário-base projetado pelo Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro). O segmento de produtos alimentícios e bebidas não deverá registar crescimento, enquanto o segmento de produtos não alimentícios crescerá 0,3%.

APÓS UM ano em estabilidade, o FGV Agro estima que, em 2022, a produção agroindustrial registre, novamente, uma modesta expansão no cenário-base (de 0,2%), que deverá ser derivada tanto do segmento de produtos alimentícios e bebidas, como do de produtos não alimentícios, cujas taxas de crescimento devem ser de, respectivamente, 0% e 0,3%.

Por trás dessas estimativas, espera-se um baixo dinamismo do mercado interno, resultado principalmente da persistência de uma inflação ainda elevada, uma expressiva melhora na situação sanitária, transformando a pandemia em uma endemia, e uma limitada instabilidade cambial devido ao processo eleitoral. Contudo, ainda no cenário-base, considera-se que o conflito entre a Rússia e a Ucrânia – iniciado efetivamente no fim de fevereiro último – traga ainda mais dificuldades para o setor agroindustrial brasileiro ao longo do ano, pois deve piorar a desorganização das cadeias produtivas mundiais, podendo intensificar a redução da oferta de insumos de produção e aumentar o custo de diversas matérias-primas do setor que, de modo geral, já estavam elevadas antes mesmo do início do confronto no Leste Europeu.



SHUTTERSTOCK

Portanto, constata-se que, após um ano de queda (2020) e outro de estabilidade (2021), o setor agroindustrial deve continuar patinando neste ano, considerando-se o cenário-base. Ademais, é importante ressaltar que foram traçadas, também, projeções pessimistas (-1,6%) e otimistas (1,4%), de forma que a agroindústria irá se aproximar mais de um ou de outro tipo de projeção dependendo, sobretudo, da gravidade das turbulências externas e internas e, naturalmente, das oscilações na safra agrícola. Por fim, vale salientar que novas revisões das projeções para a agroindústria, possivelmente, serão necessárias nos próximos meses – destacando que estas podem ser, inclusive, abruptas dependendo dos desdobramentos do conflito entre a Rússia e a Ucrânia.

ESTAGNAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA EM 2021

De acordo com o Índice de Produção Agroindustrial (PIMAgro), divulgado mensalmente pelo FGV Agro, o volume de produção agroindustrial fechou 2021 praticamente no mesmo patamar de 2020 (variação de -0,1%). A estabilidade da agroindústria poderia até ser considerada uma boa notícia, dado que o ano foi marcado pela segunda onda de COVID-19, que atingiu de forma ainda mais intensa o País em termos

sanitários. Contudo, para a economia, o ano de 2021 foi melhor do que o anterior, o que não se refletiu plenamente na produção agroindustrial.

A estabilidade da agroindústria foi um reflexo da evidente perda de dinamismo ao longo do período, uma vez que, dos doze meses do ano, em sete a produção registrou contrações mensais (frente ao mês anterior, com ajuste sazonal). Nesse sentido, deve-se destacar que o desempenho do setor só não foi pior por conta da expansão do último mês do ano, que se configurou como o melhor dezembro de toda a série histórica, com uma alta de 4,1% em relação a novembro de 2021.

Essa estabilidade da produção agroindustrial foi resultado, ao mesmo tempo, de uma significativa expansão do segmento de produtos não alimentícios, que aumentou o seu volume de produção em 7,5%, e de uma importante contração, de 6,2%, no segmento de produtos alimentícios e bebidas. Destaca-se, no entanto, que o crescimento registrado em produtos não alimentícios foi derivado, notadamente, da estreita base de comparação que foi o ano de 2020, quando o segmento se contraiu 6,2%.

Nessa direção, observa-se que, dentro do segmento de produtos não alimentícios, a alta dos setores foi quase generalizada, sendo que os destaques positivos foram os de insumos agropecuários e produtos florestais, que registraram expansões de, respectivamente, 18,3% e 5,6% no ano. Por sua vez, os únicos setores dentro de produtos não alimentícios que contraíram sua produção em 2021 foram os de:

- biocombustíveis: sofreu uma queda de 9,5%, mesmo contando com uma base de comparação estreita (-10,0%, em 2020), tendo sido prejudicado fortemente pelas secas e geadas que afetaram a produção de cana ao longo do ano; e

- fumo: apresentou uma leve queda de 0,6% em 2021, porém a sua base de comparação é significativamente larga, tendo se expandido, no ano anterior, 10,1% e sendo, assim, um dos poucos setores que passaram ilesos aos efeitos mais adversos do primeiro ano de COVID-19 no País.

Por sua vez, a retração anual de produtos alimentícios e bebidas (-6,2%) foi puxada, exclusivamente, pelo setor de produtos alimentícios (-8,2%), impactado, notadamente, pela queda do refino de açúcar (-27,9%), da fabricação de laticínios (-8,4%) e dos abates de suínos e aves (-1,2%). Já o setor de bebidas manteve-se estagnado em comparação a 2020, com uma suave alta de 0,2%.

Sobre 2021, é importante salientar, por fim, que os motivos que afetaram a agroindústria brasileira e os seus segmentos foram os mesmos que atingiram a indústria geral. Entre eles, tem-se: (i) a desorganização das cadeias produtivas, a qual dificultou o acesso às matérias-primas e elevou os custos de produção; (ii) a perda do poder de compra da população por conta da elevada inflação, a qual foi gerada e ampliada por diversos fatores, como o descompasso entre oferta e demanda, a desvalorização da moeda brasileira e a crise hídrica; (iii) o mercado de trabalho enfraquecido, com uma maior participação das ocupações informais, apesar da leve melhora na taxa de desocupação; e (iv) o aumento da taxa de juros e o consequente encarecimento do crédito. ■

PROJEÇÕES DO FGV AGRO PARA A AGROINDÚSTRIA EM 2022

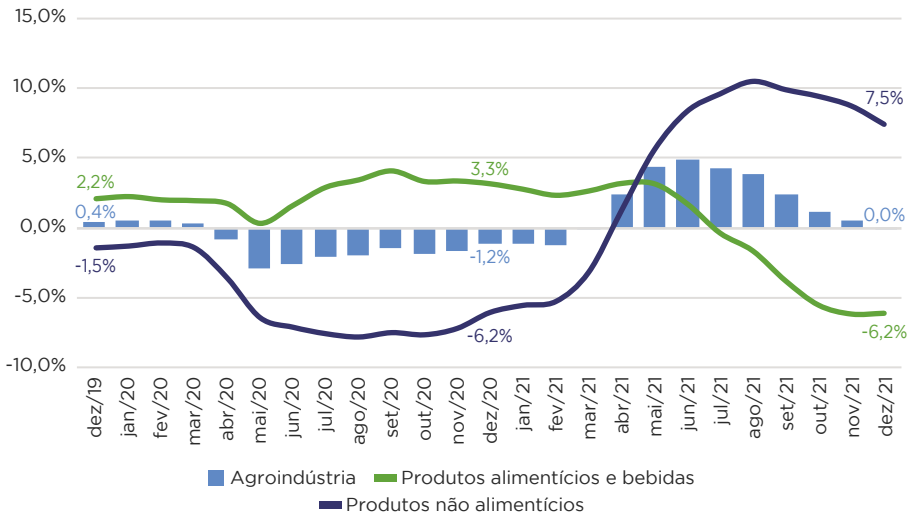
(% A.A.)

SEGMENTO	Pessimista	Base	Otimista
Agroindústria	-1,6	0,2	1,4
Produtos alimentícios e bebidas	-0,3	0,0	0,4
Produtos não alimentícios	-2,9	0,3	2,4

Fonte: FGV Agro

PRODUÇÃO FÍSICA DA AGROINDÚSTRIA E DOS SEUS SEGMENTOS

(VARIAÇÃO ACUMULADA EM DOZE MESES)



Fonte: PIMAgro

1 Mestre em Economia Agrícola pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV EESP) e pesquisadora do FGV Agro – roberta.possamai@fgv.br

2 Doutor em Economia pela FGV EESP, professor e pesquisador do FGV Agro – felippe.serigati@fgv.br

SUSTENTABILIDADE DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

PLINIO M. NASTARI*

O Brasil tem a chance de liderar o esforço de descarbonização, estabelecendo o mercado de carbono mais dinâmico do Planeta. Temos 48,4% de toda a oferta interna de energia proveniente de fontes renováveis. Apenas no setor de transportes, 32,0% de todos os combustíveis e as energias utilizados são renováveis.

A AGROPECUÁRIA brasileira é um exemplo mundial de sustentabilidade. Ao longo das últimas décadas, novas práticas foram desenvolvidas e implementadas com grande sucesso, como o cultivo mínimo, a fixação biológica de nitrogênio (FBN) e a correção do solo, permitindo a produção em áreas antes consideradas absolutamente impróprias para a agricultura. A soja, o milho e, agora, até o trigo foram adaptados às nossas condições de clima e solo. O valor agregado tem sido fomentado em áreas que variam de frutas a algodão de coloração natural, que aumentam a renda e o bem-estar daqueles envolvidos com a agricultura. A integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) está levando a produção de proteína animal com emissão zero ou negativa de carbono a novos e muito mais elevados níveis de sustentabilidade.

Mas isso não se dá só na alimentação. O Brasil tornou-se um exemplo notável de integração virtuosa de cadeias produtivas e de complementaridade entre agricultura alimentar e agricultura energética, em que esta última contribui e alavanca a produção de alimentos. Quando 1 tonelada de milho safrinha produzida após a colheita da soja durante o mesmo ano, com aplicação mínima de fertilizantes e outros insumos, é transformada em etanol, DDG (grãos secos de destilaria, concentrados de proteína e fibra) e óleo, o seu valor dobra, estimulando produtores a aumentarem essa produção de milho tão sustentável.

Além disso, a soja produzida em rotação com a cana-de-açúcar aumentou de 400 mil para 1,4 milhão de hectares apenas no estado de São Paulo nos últimos cinco anos. A integração das cadeias está permitindo a expansão do confinamento de gado bovino, o que reduz o tempo de terminação do gado de 36 para 24 ou até 18 meses e libera pastagens, muitas vezes degradadas, para a agricultura – o potencial é de 90 milhões de hectares adicionais. Isso tem permitido, também, a expansão da produção de carnes suína e de aves.

Em 2021, a agricultura energética permitiu ao Brasil substituir 43,9% de toda a sua gasolina por etanol, 10,0% do seu diesel por biodiesel e 6,6% da sua energia por bioeletricidade. Muito em breve, mais gasolina, diesel e energia também serão substituídos por mais etanol de primeira e segunda gerações, biodiesel, óleos vegetais hidratados (HVO, na sigla em inglês), biogás e biometano.

No Brasil, 48,4% de toda a oferta interna de energia e 32,0% de todos os combustíveis e as energias utilizados no setor de transportes são renováveis. A motorização com etanol permite que as montadoras atendam os mais rígidos limites de emissão considerando o critério mais inclusivo e integral de "poço à roda" e ainda mais se levando em conta o critério "berço ao túmulo".



SHUTTERSTOCK

Os veículos elétricos híbridos movidos a etanol, já disponíveis comercialmente no País e que utilizam a infraestrutura de distribuição de combustível já existente, estão emitindo 29 gramas de gás carbônico equivalente por quilômetro (g CO_2 eq./km), e os veículos *flex fuel*, que respondem por 86% da frota total, ao utilizarem etanol, emitem 46 g CO_2 eq./km. Isso é possível utilizando-se a infraestrutura existente, a frota atual de forma acessível para os consumidores, com implementação e resultados imediatos. Essa grande conquista deve ser reconhecida, pois se compara aos 92 g CO_2 eq./km obtidos pelos veículos elétricos a bateria na Europa – o que é melhor do que a média de 122 g CO_2 eq./km para a indústria europeia usando gasolina –, e deve ser considerada também um avanço. Mas, no Brasil, a solução com etanol é muito melhor do que esses mesmos veículos elétricos a bateria, que, mesmo usando a nossa eletricidade altamente renovável (83%), ainda emitiriam 65 g CO_2 eq./km.

Todos as estratégias de descarbonização são necessárias. A questão é que a agricultura sustentável com práticas certificadas está garantindo uma solução muito adequada para o Brasil e, também, para vários países em situação semelhante. Tudo isso está sendo possível sem tocar em uma única árvore, em qualquer bioma protegido. Em energia para transporte, a nossa política de biocombustíveis está no centro da estratégia brasileira de descarbonização. Isso foi alcançado: com um mecanismo de precificação de carbono orientado pelo mercado; com uma certificação dos produtores por suas pontuações individuais de eficiência energético-ambiental que não apenas classificam, mas os recompensam por ganhos adicionais na implementação de inovações e pelo aproveitamento máximo do potencial energético proporcionado pela biomassa; com a certificação que é realizada por empresas de supervisão reconhecidas internacionalmente, credenciadas e auditadas segundo critérios muito rígidos utilizando padrões de sustentabilidade internacionalmente estabelecidos; e com um critério de elegibilidade de desmatamento zero ainda mais rigoroso do que o nosso já muito rigoroso Código Florestal, que garante o mais alto nível de conformidade de proteção florestal.

Essa política, o RenovaBio, é o maior e mais abrangente programa de descarbonização de energia em transporte do mundo. Os biocombustíveis certificados pelo RenovaBio no Brasil no seu primeiro ano de regulamentação (2020) economizaram 14,5 milhões de toneladas. No segundo ano (2021), economizaram 24,5 milhões e, entre 2020 e 2031, terão economizado 718 milhões de toneladas de CO_2 eq. – o equivalente a toda a emissão de um país como a França.

Estamos sem problemas? De jeito nenhum. O Brasil tem a enorme tarefa de monitorar uma área florestal maior do que todo o território da Europa Ocidental. Os recursos são limitados, e a fiscalização policial é cara e representa um desafio constante. Mas as lições aprendidas no estabelecimento de regulamentação sobre combustíveis sustentáveis podem nos dar uma dica para uma ferramenta de combate útil adicional: a certificação.

O fogo em terras protegidas e reservas federais e estaduais é completamente ilegal e classificado como crime. É praticado por criminosos, e a fiscalização policial deve continuar de forma severa. Mas os controles orientados pelo mercado também podem ajudar a sufocá-los e possibilitar a separação da grande maioria que usa e aplica práticas sustentáveis em relação às pessoas que praticam essas atividades criminosas, por meio de certificações iguais à aplicada no RenovaBio.

As palavras essenciais devem ser "certificação" e "escolha". Escolha dos critérios adequados de certificação. Devem ser critérios claros, baseados na Ciência, não incorporando medições enganosas, como o uso apenas de emissões de escapamento para decidir a melhor escolha no transporte, mas medidas mais inclusivas, que considerem uma visão mais ampla do processo de economia de carbono. Critérios esses que não incluem objetivos econômicos e de distorção do comércio muitas vezes ocultos e não admitidos.

O grande desafio dos formuladores de políticas públicas reside no estabelecimento de mecanismos orientados pelo mercado que penalizem as distorções e as más ações e que recompensem aqueles que praticam o bem. Com a escolha certa de critérios não distorcidos e certificação, podemos separar o certo do errado.

O Brasil é uma vitrine viva e em evolução e tem a chance de liderar o esforço de descarbonização em todo o mundo, estabelecendo o mercado de carbono mais dinâmico do Planeta. A sua experiência no desenvolvimento de uma agricultura tropical sustentável pode ser aplicada e transferida para muitos países. A sua experiência na integração de cadeias produtivas e a complementaridade virtuosa das agriculturas alimentar e energética são um exemplo notável.

Economias importantes como a Índia estão reconhecendo o valor dessa experiência ao decidir avançar rapidamente para misturas elevadas de etanol na gasolina, introduzir carros *flex* e distribuir etanol puro produzido a partir de matérias-primas disponíveis, como cana-de-açúcar e grãos, colocando essa política no centro da sua estratégia de descarbonização. A experiência brasileira com práticas agrícolas sustentáveis, uso de bioenergia e estabelecimento de regulamentação adequada, juntamente da certificação aliada à escolha de critérios adequados, é um norteador de políticas que oferece oportunidades de cooperação em todo o mundo. ■

*Presidente da DATAGRO

SAÚDE, CONSCIÊNCIA SOCIAL E PRAZER GUIAM O MERCADO DE ALIMENTOS

KENNYA B. SIQUEIRA*

O aumento da preocupação com a saúde e a conservação do meio ambiente tem mudado os hábitos de consumo da população. Essa tendência tem aberto um amplo espaço de inovação para a indústria de alimentos.

COM A virada e a entrada de um novo ano, pesquisadores especialistas na área de Nutrição debruçam-se para entender os desejos e as preferências dos consumidores. Buscam colher informações e fazer as apostas sobre as principais tendências emergentes em alimentos para os próximos 365 dias. Este artigo apresentará um levantamento dos principais produtos e temas que poderão aflorar no mercado mundial de alimentos durante o correr de 2022.

Com a pandemia que assola os quatro cantos do mundo há mais de dois anos, desde o seu anúncio em 11 de março e 2020, três macrotendências fortes começaram a se intensificar:

- Preocupação com a saúde;
- Consciência social;
- Indulgência saudável.

A preocupação com a saúde já é uma tônica no mercado de alimentos há algum tempo. Mas, diante desse surto repentino, tal inquietação se exacerbou, principalmente com a busca por alimentos que deixam o sistema imunológico mais forte.

Então, nesse ínterim, os cidadãos acabaram normalmente se voltando para o consumo de produtos mais naturais. Diante dessa tendência, os produtos alternativos à base de plantas são vistos como mais saudáveis e sustentáveis pelos consumidores.

Dados levantados pela Nielsen mostram que as vendas globais de carnes feitas de soja, ervilha e outras fontes de proteínas vegetais aumentaram. Só nos três primeiros meses de deflagração da pandemia de COVID-19, o crescimento foi de 239,8% quando em comparação ao mesmo período do ano anterior. Para o mercado global de alimentos alternativos à base de plantas, as vendas foram de quase US$ 30 bilhões em 2020 e devem chegar a US$ 162 bilhões até 2030, de acordo com a Bloomberg Intelligence.

No entanto, apesar da necessidade de ingerir mais produtos à base de plantas, muitos consumidores ainda não estão preparados para abandonar completamente produtos como carnes, leite e ovos. Com isso, está aumentando o número de flexitarianos, adeptos do flexitarianismo ou semivegetarianismo, com o hábito de comer carne (geralmente a branca, proveniente de peixes e aves) em menos de três refeições por semana.

Nessa corrente, está se intensificando o número de simpatizantes da dieta 5x2, em que se preconiza a ausência de carne na alimentação durante cinco dias da semana e o seu consumo apenas durante dois dias, que seriam concentrados nos fins de semana. Ainda nessa vertente, o reducionismo se fortaleceu, tendência esta que consiste na diminuição de ingredientes de origem animal na dieta ou no consumo de alimentos sem gordura, agrotóxicos, açúcar, sal e lactose.

LEITE DE BATATA SEM LACTOSE E GORDURA

Tudo isso visa à melhoria da saúde de forma integral, afinal as pessoas buscam alcançar o melhor de si mesmas por meio da alimentação.

Mas, para 2022, o regime que deverá ganhar mais correligionários será o climatarianismo, mais conhecido como a dieta contra as mudanças climáticas. Esse estilo de vida leva em conta alimentar-se de acordo com a época e o clima do ano, priorizando alimentos a granel e sazonais. Considerada mais como um ativismo alimentar, essa dieta prega a redução do consumo de carnes e outros alimentos que contribuem significativamente para as emissões de carbono, além de focar no consumo de produtos locais e evitar desperdício e perdas.

Como já aconteceu em outras temporadas, uma nova planta promete, neste ano, ser a estrela das bebidas


SHUTTERSTOCK

alternativas: a batata. O "*potato milk*" foi desenvolvido pela Lund University e patenteado pela marca DUG, ambas de nacionalidade sueca. As empresas alegam que o leite de batata possui uma quantidade de cálcio equivalente à do leite de vaca, com mais minerais e vitaminas do que qualquer outra variedade vegana de leite.

O grande apelo desse novo produto está relacionado à sustentabilidade. O cultivo de batata possui o dobro da eficiência produtiva do de aveia. A sua pegada de carbono é bem menor do que a do leite e requer 56 vezes menos água do que o cultivo de amêndoas, que é uma das últimas apostas do mercado para as bebidas alternativas. Como os demais substitutos do leite, o leite de batata é sem lactose, gordura saturada e colesterol.

MUITO ESPAÇO PARA INOVAR

No entanto, é interessante observar que, apesar desse aumento na demanda por alternativas à base de plantas, também está havendo uma demanda maior por proteínas de qualidade (carne, leite e ovos). Como estão mais preocupados com o bem-estar animal e os impactos ambientais, os consumidores focam mais em qualidade do que em quantidade. Com isso, as empresas precisam cada vez mais comunicar o valor agregado de seus produtos, de modo que o consumidor entenda as vantagens de seus produtos, assim como as iniciativas sustentáveis.

Além da preocupação com a saúde e a consciência ambiental, outra macrotendência que deve continuar em 2022 é a indulgência, ou seja, o consumo motivado pelo prazer, que se torna parte constante das nossas vidas. Em 2021, uma pesquisa feita com 3 mil pessoas ao redor do mundo pela Mondelēz International – uma das maiores fabricantes de *snacks* do mundo – descobriu que 85% delas consomem, por dia, pelo menos um *snack* para se alimentar e um por indulgência. A pandemia acelerou a substituição das refeições tradicionais por *snacks*, pois estes, muitas vezes, estão associados à indulgência.

Além dos *snacks*, a indulgência vem, agora, com uma nova vertente. Depois de tanto tempo em casa deleitando-se com quitutes e *snacks* tradicionais, os consumidores querem, agora, consumir em casa produtos mais sofisticados, como, por exemplo, os pratos premiados de seus restaurantes favoritos. Assim, algumas empresas já investem em produtos *premium* para atender essa nova demanda.

Um exemplo disso são os molhos de salada, que estão de volta. Com o aumento do consumo de saladas na pandemia, as pessoas querem, atualmente, investir naqueles molhos que só encontravam em restaurantes. Assim, promete-se um aumento de vendas tanto dos molhos, quanto dos ingredientes para fazê-los em casa.

Portanto, existe muito espaço para inovar no mercado de alimentos. Os consumidores sempre querem novidades. Neste ano, eles querem que as novidades sejam saudáveis, sustentáveis e saborosas. ■

* Pesquisadora da Embrapa Gado de Leite e membro do Comitê Gestor do portfólio "Alimentos: Segurança, Nutrição e Saúde" da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

O PRÓXIMO SALTO DA AGRICULTURA

CLEBER OLIVEIRA SOARES*

O Brasil tem uma oportunidade ímpar de promover um novo salto na agricultura a partir de aplicações sustentáveis da sua biodiversidade e de recursos naturais. A alavanca para fomentar esse novo agro será a bioeconomia.

NAS ÚLTIMAS quatro décadas, a agricultura brasileira se desenvolveu baseada em ciência, tecnologia e inovação, sustentada pela força empreendedora dos produtores. Produzimos uma diversidade de produtos agrícolas, aquícolas, pecuários, florestais e seus derivados. O Brasil influencia hábitos alimentares, possui um mercado interno robusto e exportações em alta, enquanto o mundo entrega mais alimentos para atender a demanda crescente das nações.

Numa retrospectiva temporal, vivemos dois grandes movimentos na agropecuária brasileira. O primeiro veio nas décadas de 1960 a 1990, com a Revolução Verde, baseada nas monoculturas focadas em *commodities*, insumos de base sintética e ciência adaptativa. A segunda onda iniciou-se na década de 1990, por meio de sistemas de produção integrados em consórcios de culturas, intensificação sustentável com visão multidisciplinar e produção focada na transição comida-alimento para manejos integrados de maior eficiência e ciência sistêmica.

Um terceiro movimento avizinha-se para o próximo salto, com uma agricultura baseada em sistemas de produção complexos e elevado nível de especialização. A visão transdisciplinar será focada na multifuncionalidade da agropecuária, dos alimentos e de seus derivados. Para alavancar tudo isso, a Ciência será cada vez mais complexa e os avanços em inovação serão suportados por ativos de base biológica.

Nesse ambiente atual de efervescência da agricultura tropical, nasceu o Programa Nacional de Bioinsumos, para ampliar a utilização de ativos biológicos e promover o desenvolvimento sustentável do setor. Construído sob a liderança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Programa alinha as necessidades de inovação nos segmentos agrícola, aquícola, florestal e pecuário.

As pretensões são alavancar as cadeias produtivas e beneficiar o agro com diretrizes e orientações sobre bioinsumos. No conjunto, a proposta visa fomentar tecnologias e inovações para viabilizar mais produtividade, renda e qualidade de vida ao produtor rural e à sociedade. Trata-se de uma aposta para o novo futuro da agricultura.

BIOINSUMOS COMO PARTE DA TENDÊNCIA GLOBAL

Nos cultivos, o mundo agrícola mais recente buscou incrementar a produtividade e reduzir custos, com o desenvolvimento de sistemas cada vez mais resilientes e sustentáveis. A integração de sistemas e manejos agrícolas e zootécnicos possibilitou promover o crescimento vertical da agropecuária.

São muitas as perspectivas para que essas questões sejam intensificadas no curto espaço de tempo, especialmente quanto aos elementos de *input* dos sistemas de produção. Como fazem parte de uma tendência global, todos os *players* agrícolas estão atentos para o segmento de mercado dos bioinsumos. Nesse cenário, o Brasil, mais uma vez, pode fazer a diferença para o mundo e cunhar o terceiro salto da agricultura contemporânea.

Precisamos ousar! Essa foi a expressão usada pela cientista Johanna Döbereiner, pioneira em Biologia do Solo. Entre as décadas de 1970 e 1990, ela apostou e promoveu a maior contribuição em inovação disruptiva da agricultura mundial.

Hoje, no Brasil, 40 milhões de hectares são cultivados com bactérias promotoras de crescimento de plantas, enquanto mais de 10 milhões de hectares recebem produtos para controle biológico de pragas.

Os insumos biológicos trazem uma economia anual ao País da ordem de US$ 13 bilhões com o processo de fixação biológica de nitrogênio (FBN), somente com a cultura de soja, e de aproximadamente R$ 165 milhões com a aplicação de produtos para controle

biológico. Esses exemplos não deixam dúvidas sobre o que podemos chamar de inovação de fato!

É crescente a demanda por bioinsumos nos diversos setores econômicos. No Brasil, há um aumento no registro de produtos biológicos e no ingresso de produtos nacionais e importados no mercado nos últimos três anos. Isso acontece com o surgimento de empresas produtoras de insumos biológicos de diferentes portes, tanto de capital nacional, como de internacional. Estimam-se um mercado nacional de US$ 200 milhões e um mercado global de US$ 8 bilhões, com taxa de crescimento de 13,8% ao ano, especialmente na América Latina, devido ao potencial da agricultura tropical e à demanda dos setores produtivos e da sociedade.

Esse jogo é um verdadeiro ganha-ganha. Ganhamos todos: o produtor, as cadeias produtivas, o setor de base tecnológica, a indústria nacional, a sociedade e o País. ■

*Secretário adjunto da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação (SDI/MAPA)

NOVO NEXO ENTRE AGRICULTURA, SAÚDE E SOCIEDADE

Como em poucos países, há a oportunidade de sermos protagonistas na bioeconomia baseada na maior biodiversidade do Planeta. Não somente como defensivos naturais, os bioinsumos trazem outras diversas vantagens e benefícios para o produtor, em termos de alternativas para:

- manejo, controle e combate a pragas, parasitas, patógenos e doenças de animais e plantas;
- otimização de produtos e processos de pós-colheita e agroindústria;
- agregação de valor nas matérias-primas com processamento e na embalagem de alimentos;
- outras aplicações, como biofilmes, fitoquímicos, biofertilizantes, probióticos, nanopartículas, emulsões e enzimas.

O consumidor beneficia-se tanto pelo aumento da oferta e pela redução do preço dos alimentos, como pela entrega de tecnologias que conferem mais qualidade aos sistemas de produção, aos produtos agrícolas e alimentos e à segurança nutricional.

Um exemplo do benefício direto ao consumidor está no uso de microrganismos lácteos para produção de queijos, iogurtes e outros derivados do leite, além de aplicações no desenvolvimento de bebidas e alimentos etc. Quem não gostaria de aumentar o tempo de prateleira de uma maçã com um biofilme natural que também pode carrear vitaminas, minerais ou outros benefícios?

Ao relacionar as dimensões da sustentabilidade – social, ambiental e econômica – no desenvolvimento de insumos, busca-se ampliar a percepção e a entrega de valor na utilização dos recursos naturais. Essa visão alinha-se à bioeconomia, que, na sua vertente do agronegócio, considera a utilização de recursos de base biológica, recicláveis e renováveis.

O Programa Nacional de Bioinsumos pretende consolidar uma visão contemporânea. Os seus princípios quanto à sustentabilidade significam incrementar a produtividade, fortalecer a produção, adicionar valor aos produtos agrícolas e entregar valor para a sociedade brasileira. Assim, o Brasil está rumando para um novo salto tecnológico na agricultura mundial. É o agro que evolui e ousa escrever um novo capítulo do nexo agricultura-saúde-sociedade.

SHUTTERSTOCK



MERCADO DE CARBONO: A FAVOR DOS PAÍSES RICOS E CONTRA OS PAÍSES POBRES

DANIEL VARGAS*

O rol de metodologias que autoriza a venda de créditos no mercado de carbono hoje institui uma máquina de subsídios voltada para a produção dos países ricos e contrária à produção sustentável do mundo tropical.

O MERCADO de carbono que hoje opera no mundo serve para atender prioritariamente os interesses dos países desenvolvidos. A raiz do problema está no conjunto de metodologias desenvolvidas ao longo dos últimos vinte anos, à imagem e semelhança da economia dos ricos. Superar esse problema deveria ser um tópico central da diplomacia climática global e a mais alta prioridade do Brasil.

A porta de entrada do mercado de carbono são as "metodologias". São elas que predefinem quais atividades produtivas sustentáveis devem ser incentivadas no mercado com a venda de créditos. Além disso, definem, indiretamente, quais atividades não são desejáveis e, assim, devem enfrentar concorrência mais dura para sobreviver.

O rol de metodologias que hoje delimita o funcionamento do mercado de carbono é arbitrariamente estreito e enviesado.

Considere os seguintes exemplos:

- Uma petroleira americana que aprimora o processo de extração de petróleo, evitando vazamento de gás poluente, pode vender créditos de carbono para financiar ou remunerar a sua atividade mais "sustentável". Por sua vez, o agricultor brasileiro que implanta um sistema integrado de produção combinando pecuária, lavoura e floresta, com grande capacidade de economizar emissões e, em alguns casos, remover carbono da atmosfera, não pode ser incentivado por tal contribuição climática.

- Um pecuarista francês que melhora a nutrição do boi criado em confinamento pode vender os créditos de carbono equivalentes ao corte de emissões de metano. Ao mesmo tempo, o pecuarista brasileiro que melhora a qualidade do pasto que alimenta o boi, reduzindo em até 20% o tempo de abate, com imensa economia de carbono e de terra, não é elegível para a venda de créditos pela sua prática sustentável.

Esses são apenas dois exemplos de um vício mais abrangente. No seu conjunto, o rol de metodologias que autoriza a venda de créditos no mercado de carbono hoje – seja nas trocas residuais no contexto do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MLD), seja nas trocas do mercado voluntário – institui, no centro da economia global, uma máquina de subsídios voltada para a produção dos países ricos e contrária à produção sustentável do mundo tropical.

COMO ESSE PROBLEMA SURGIU?

A história da governança climática dá pistas para a compreensão. O mercado de carbono formou-se, ao longo dos últimos vinte anos, para apoiar o corte de emissões dos países desenvolvidos. Afinal, eram eles, os ricos, os "obrigados" pelos tratados internacionais a reduzir suas emissões, a exemplo do que estabeleceu o Protocolo de Kyoto. Os pobres eram isentos da obrigação de cortar suas emissões.

Para apoiar o compromisso dos países ricos, é criada, então, uma série de metodologias que definem, a partir da sua realidade econômica, quais atividades produtivas seriam mais sustentáveis e poderiam gerar créditos para a transição "verde". Essas metodologias vão fundamentar e organizar as operações no mercado de carbono.

A partir do Acordo de Paris, em 2015, as regras do jogo climático global mudaram. Agora, todos os países do mundo, ricos e pobres, passaram a ser "obrigados" a cortar suas emissões. Contudo, o rol de metodologias do mercado de carbono, agora elevado a regime global, permaneceu basicamente o mesmo – elaborado e atualizado para refletir a realidade produtiva dos desenvolvidos.

A seletividade do mercado de carbono impõe uma grave dicotomia na governança climática internacional. De um lado, países ricos têm acesso aos incentivos do crédito de carbono para desenvolver novas tecnologias e práticas produtivas avançadas. De outro lado, nos países pobres, as tecnologias e práticas sustentáveis desenvolvidas a partir de sua realidade são, em regra, ignoradas.

Veja o caso do Brasil: o país é uma fábrica de inovações sustentáveis, lideradas pela pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e pelo engajamento de parte dos produtores rurais (exs.: integração Lavoura-Pecuária-Floresta – iLPF –, plantio direto, sistemas integrados). Os efeitos dessas inovações são amplamente atestados pela Ciência, mas nada disso "vale", segundo as metodologias do mercado de carbono.

Embora seja o país com maior biodiversidade, maior floresta tropical do Planeta e 60% do território intacto, o Brasil é origem de apenas 7% dos créditos gerados no mundo.

A descarbonização global, na governança climática vigente, tem sentidos diversos para países ricos e pobres. Para os ricos, significa mais inovação, mais ciência e tecnologia e mais produtividade com menos externalidades ambientais. Para os pobres, significa imobilizar território com plantio de florestas, separando com uma muralha a natureza da produção.

O novo pacto global, em uma frase, é o seguinte: enquanto países ricos avançam com inovações, produção e produtividade, países pobres plantam árvores para limpar a sujeira despejada na atmosfera.

Essa divisão global de trabalhos não interessa à maioria dos países do mundo, incluindo o Brasil. E o País é um gigante global em preservação, biodiversidade e produção de alimentos; por isso mesmo, deveria questionar o portal estreito do mercado de carbono "dos ricos".

COMO MUDAR ESSA REALIDADE?

Há três rotas promissoras para isso.

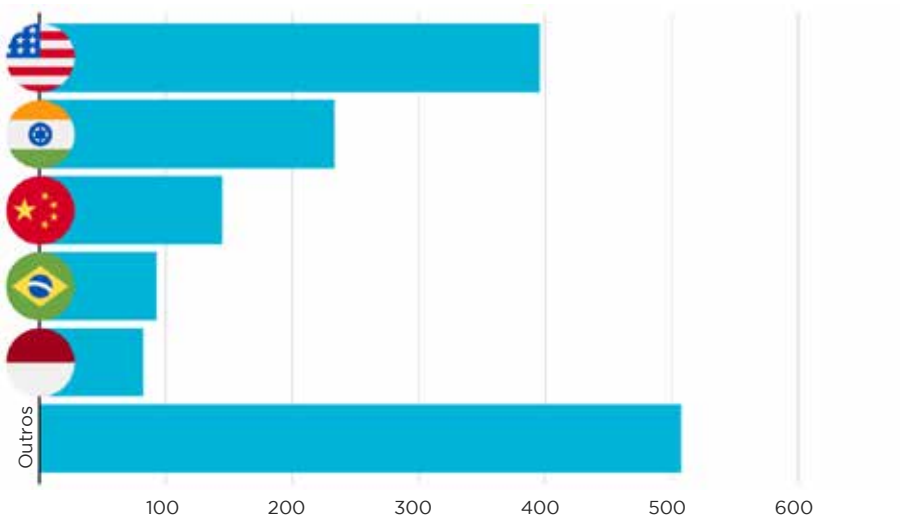
A primeira é reorientar o regime global de trocas de carbono, previsto no artigo 6.4 do Acordo de Paris. Neste instante, estão sendo preenchidas vagas para o órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) que definirá critérios para aprovação de metodologias do mercado global de carbono. São onze vagas, duas das quais reservadas a países da América Latina e do Caribe. A composição plural desse comitê é a chance de "deseuropeizar" o mercado de carbono.

A segunda rota é adaptar as metodologias do mercado voluntário de carbono, hoje autorregulado por registradoras internacionais. Mais de dois terços dos créditos de carbono gerados no mercado voluntário hoje são registrados pela Verra, segundo um rol de metodologias por ela validado. É preciso expandir o conjunto das metodologias autorizadas para reconhecer créditos provenientes da produção sustentável no campo com base na melhor produção científica.

A terceira rota consiste em criar um conjunto de metodologias tropicais de carbono, eventualmente reconhecidas e certificadas por uma nova registradora brasileira. O País possui ciência de ponta, conhecimento prático sobre o funcionamento das terras e das florestas nacionais e capacidade institucional para criar o seu próprio regime de certificação e registros. A regulamentação nacional do mercado de carbono pode demarcar os passos de uma direção original.

Nos três casos, a ideia comum deve ficar clara: o mercado de carbono pode ser uma ferramenta valiosa de descarbonização do mundo. Para servir ao mundo, contudo, as suas metodologias devem ajustar-se à realidade produtiva de cada nação, segundo suas práticas produtivas, sua situação tecnológica e sua ambição. Ou seja, exatamente como a comunidade internacional estabeleceu no Acordo de Paris. ■

CRÉDITOS GERADOS POR PAÍS DE 1996 A 2021
(MILHÕES)



Fonte: Berkeley Carbon Trading Project

*Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV EESP) e coordenador do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da FGV

CPR VERDE NA PRÁTICA

ANDRÉ RICARDO PASSOS DE SOUZA*

Apesar do pouco tempo desde a sua instituição, as possibilidades em torno da emissão desse novo título já merecem um balanço dos seus desafios, para que ele aconteça, na prática, em uma maior escala.

VOLTANDO UM pouco no tempo para 1º de outubro último, quando só se falava na 26ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-26/UNFCCC, nas siglas em inglês), em Glasgow, na Escócia, que aconteceria dali a pouco, o governo federal, valendo-se de um senso de oportunidade aguçado, aproveitou que a imprensa internacional estava toda focada no evento e nas ações dos integrantes da COP em relação ao meio ambiente para lançar a Cédula de Produto Rural (CPR) Verde. Esta teria por finalidade materializar e efetivamente entregar alguns "novos produtos" essenciais para a preservação do meio ambiente, tais como: (i) a redução de emissões de gases do efeito estufa (GEE); (ii) a manutenção ou o aumento do estoque de carbono florestal; (iii) a redução do desmatamento e da degradação de vegetação nativa; (iv) a conservação da biodiversidade; (v) a conservação dos recursos hídricos; (vi) a conservação do solo; e (vii) outros benefícios ecossistêmicos.

Assim, após uma estreia avassaladora, o novo título chegou não só para concretizar os compromissos assumidos na COP-26[1], mas, principalmente, materializar e "empacotar" sob a forma de preservação ambiental o que já se sabe há muito tempo: que o agronegócio brasileiro produz e preserva com grande sucesso e competência!

Desde o lançamento desse novo instrumento pelo governo federal, a estimativa é de que as operações com CPR Verde somem R$ 30 bilhões em quatro anos. Porém, para que elas se convertam efetivamente em uma fonte de renda extra para o produtor rural e outros entes da cadeia do agronegócio – como empresas de reflorestamento e agroindústrias que estejam autorizadas pela legislação a emitir CPRs Verdes –, além de fomentar e cristalizar a existência de um mercado de finanças verdes bem estruturado no Brasil, ainda se apresentam alguns desafios a ser enfrentados pelos atores desse novo mercado.

Isso porque, conforme as autoridades projetaram quando do lançamento do novo instrumento, este se converteria rapidamente em um veículo para transações como compra e venda de ativos e serviços ambientais, por meio de operações realizadas no âmbito dos mercados financeiro e de capitais. Por essas operações, seriam responsáveis investidores, financiadores (fundos, bancos, instituições financeiras em geral), além de parceiros comerciais e industriais dos produtores rurais brasileiros interessados em demonstrar que investem e/ou fazem parcerias com negócios e/ou adquirem seus produtos de fontes sustentáveis e devidamente certificadas para tanto.

Porém, acompanhamos, até agora, apenas algumas poucas emissões de CPR Verde e, mesmo assim, apenas para oferecimento em garantia a financiamentos visando atingir alguns parâmetros para a redução de custos financeiros de empréstimos para os tomadores e/ou atingir metas ESG (com padrões ambientais, sociais e de governança) para financiadores em operações já disponíveis aos produtores rurais.

Assim, já é tempo de avaliarmos e identificarmos, na prática, quais são os desafios a ser superados pelos atores e pelos agentes desse novo mercado para que isso aconteça. Na nossa visão, são quatro os principais desafios a ser superados para tanto.

Em primeiro lugar, tem-se o desafio da informação e da educação, ou seja, o produtor rural e outros potenciais emitentes do título, além de financiadores e potenciais adquirentes deles (investidores, financiadores, fundos, exportadores de produtos agropecuários etc.), devem compreender o real alcance dessa regulação e as possibilidades em torno da sua utilização. Isso depende de muita informação sobre o instrumento em si e, principalmente, de uma clara compreensão de como se podem instrumentalizar as captações de recursos financeiros e/ou relações comerciais a partir da CPR Verde.

Podemos vislumbrar que um segundo grande desafio corresponde à capacidade de se medir e quantificar efetivamente o que e quanto se pode entregar dos produtos rurais que servem de lastro na emissão de CPRs Verdes. Hoje em dia, a régua mais à mão do mercado para medir os benefícios ambientais da produção rural – e, portanto, disponibilizar esses benefícios ambientais ao mercado por meio da emissão de CPRs Verdes – está nas metodologias desenvolvidas para precificar a captura de GEE por florestas, matas nativas etc., aos moldes do que se pratica no chamado "mercado de carbono".

Ou seja, para além do item que trata da redução de emissões de GEE, ainda não existem metodologias de medição disponíveis, seguras, consensadas

cientificamente e, principalmente, praticadas pelo mercado para lastrear com segurança os benefícios ecossistêmicos listados no Decreto de criação da CPR Verde.

Como terceiro desafio a ser ultrapassado, há que se considerar a disposição do mercado de investir e/ou financiar projetos visando à emissão de papéis como esses, já que, em sua maioria, as tais finanças verdes ou a aplicação de ESG, na prática, concentram-se em outros títulos verdes que lastreiam operações financeiras, que poderiam ser representadas pela emissão da CPR Verde.

O quarto e último desafio a ser superado está no balanço entre os custos de emissão de uma CPR Verde pelo produtor *vis-à-vis* quanto esse mesmo produtor vai capturar de benefícios econômicos decorrentes da emissão dos títulos – seja por redução de custos financeiros, aumento de receita e/ou acesso a novos mercados. Essa equação deve ser positiva, com custos transacionais mapeados e precificação bem definida. Além disso, como sempre, isso também dependerá de produtores (suas cooperativas e/ou associações) pioneiros, interessados em quebrar paradigmas e trilhar um caminho ainda desafiador.

Desta forma, podemos concluir que a efetiva utilização da CPR Verde ainda dependerá de muito trabalho, estudo e esforços de produtores rurais, suas associações, cooperativas e, até mesmo, potenciais investidores – ladeados e apoiados pela comunidade acadêmica, pelo Governo e pela sociedade civil. Só assim, a CPR Verde poderá funcionar de fato como uma espécie de título catalisador desse novo mercado. Este, certamente, tem tudo para deslanchar no Brasil e representar um grande diferencial para o agronegócio brasileiro, gerando renda adicional para o produtor rural e, também, alavancando a implementação das políticas ambientais e preservacionistas no âmbito mundial. ■

PRINCIPAIS DESAFIOS A SER CUMPRIDOS PARA QUE AS EMISSÕES DE CPR VERDE CRESÇAM

- Educacional: informação, treinamento e desenvolvimento de metodologias;
- Técnico: desenvolvimento de metodologias de medição dos entregáveis ambientais e de regulação apropriada;
- De investimento: linhas de financiamento próprias;
- Mercadológico: efetiva criação de um mercado verde com parâmetros, valores, formas de liquidação e custos transacionais definidos.

1 A Declaração dos Líderes de Glasgow sobre Florestas e Uso da Terra e o Compromisso Global de Metano

* Professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) e sócio-fundador do Passos e Sticca Advogados Associados (PSAA)

SHUTTERSTOCK



UM OLHAR SOBRE O MERCADO DE FERTILIZANTES

LUIZ CLÁUDIO CAFFAGNI*

O mercado de fertilizantes ganha a devida – ainda que tardia – atenção dada a sua importância nas cadeias agroindustriais do Brasil.

POR CIRCUNSTÂNCIAS que não serão abordadas neste artigo, o agro brasileiro tornou-se um grande dependente de insumos importados, sobretudo de fertilizantes. Neste momento, essa dependência está cobrando um preço muito alto do produtor!

Além de precisar ser muito eficiente na gestão da propriedade, reduzindo despesas e fixando os preços de venda corretamente (o que exige técnica e sorte), talvez precise, ainda, utilizar o estoque de fertilidade existente no solo para reduzir, de maneira responsável, a dosagem de adubo por hectare.

Com o início da guerra na Ucrânia, as importações de fertilizantes da Rússia, o maior fornecedor brasileiro, tornaram-se incertas. A eventual restrição da oferta de fertilizantes, insumo básico da agricultura, está mexendo com as cadeias do agronegócio.

Além disso, os mercados de petróleo, gás natural, milho e trigo também estão pressionados. A volatilidade desses mercados altera os preços relativos de diversos bens e serviços, o que acaba comprimindo o bolso dos consumidores ao redor do mundo.

A elevação no preço do petróleo transmite-se para diversas *commodities*, além de fretes marítimos e terrestres. Já o aumento no preço do gás natural influencia, entre outros setores, os preços dos adubos nitrogenados. E, por fim, a elevação dos preços do trigo e do milho propaga-se, respectivamente, para outras cadeias de panificação e de proteínas animais.

Este artigo tem o objetivo de explorar diversos aspectos do mercado de fertilizantes que, ao longo da história brasileira, foram pouco explorados em termos do balanço de oferta e demanda, dos preços de produtos e matérias-primas e da estratégia de produção doméstica dos produtos e de seus substitutos.

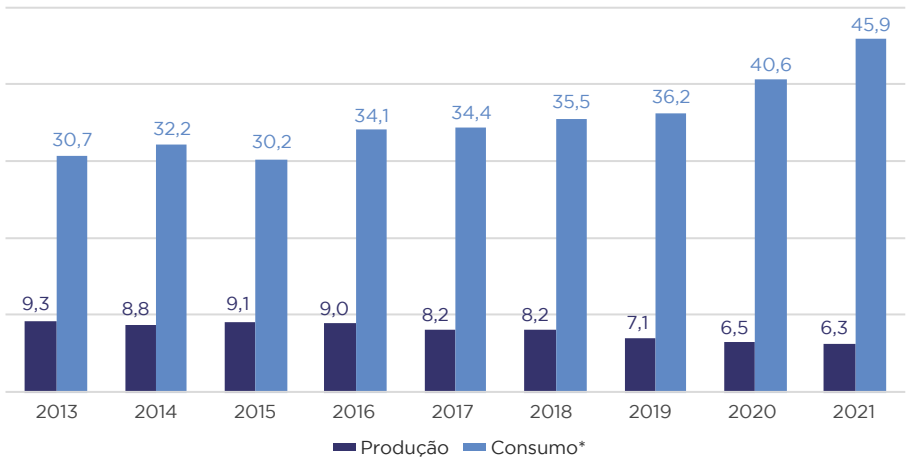
Devo salientar que, na minha visão, o setor de fertilizantes não goza de muita transparência nos dados. Por isso, o artigo reúne variadas fontes oficiais, sempre com a preocupação de se checar a comparabilidade dos números entre elas.

A DEPENDÊNCIA INTERNACIONAL

O Gráfico 1 mostra, ao longo dos últimos nove anos, a relação inversa entre fertilizantes produzidos e utilizados, o que explica o rápido crescimento do vínculo brasileiro aos fornecedores internacionais.

Nesse período, a produção doméstica caiu 32%, enquanto a entrega de fertilizantes para o mercado cresceu 50%. Como consequência, a produção representava 30% do consumo em 2013, caindo para apenas 14% em 2021.

GRÁFICO 1 – BRASIL: PRODUÇÃO E CONSUMO DE FERTILIZANTES
(MILHÕES DE TONELADAS)



*Os dados referem-se a fertilizantes entregues ao mercado
Fonte: ANDA; elaboração pelo autor

A trajetória oposta entre consumo e produção gerou a necessidade de importação de fertilizantes de diversas partes do mundo. O Gráfico 2 exibe o tamanho da dependência brasileira e os principais fornecedores de fertilizantes, sendo que os seis maiores representam 65%. Observe que a Rússia é o principal fornecedor, responsável por 22% do total.

Dos fertilizantes que o País importa, o cloreto de potássio (KCl) representa 31%, sendo seguido por ureia, com 17%, e fosfato monoamônico (MAP), com 12%. O Gráfico 3 detalha a pauta de importação de fertilizantes de 2010 a 2019.

As portas de entrada dos fertilizantes são os portos brasileiros, entre os quais se destacam os de Paranaguá, Santos e Rio Grande, cuja participação conjunta foi de 65% em 2021. O Gráfico 4 apresenta a participação dos principais portos em volume importado e percentual.

Com a guerra na Ucrânia, o que se tenta prever são os **impactos** que a dependência – cuja magnitude foi mostrada nos Gráficos 1 a 4 – poderá gerar para os produtores brasileiros e os demais setores a eles interconectados.

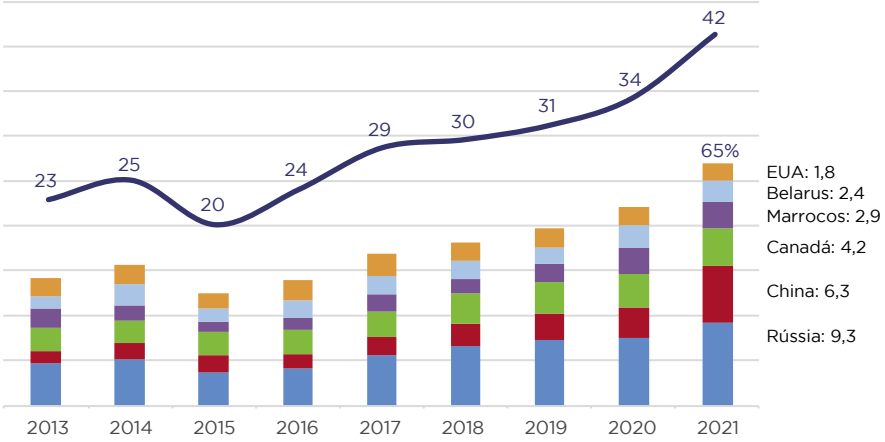
SAZONALIDADE DA IMPORTAÇÃO

O Gráfico 5 traz uma série histórica de importação mensal de fertilizantes. Pode-se observar a ocorrência de uma sazonalidade característica até 2011, quando o pico de importação se dava nos meses de agosto, setembro e outubro. Nos últimos dez anos, possivelmente pela disseminação da prática de antecipação de compras pelo produtor, os picos ficaram mais distribuídos.

PREÇOS INTERNACIONAIS E DOMÉSTICOS

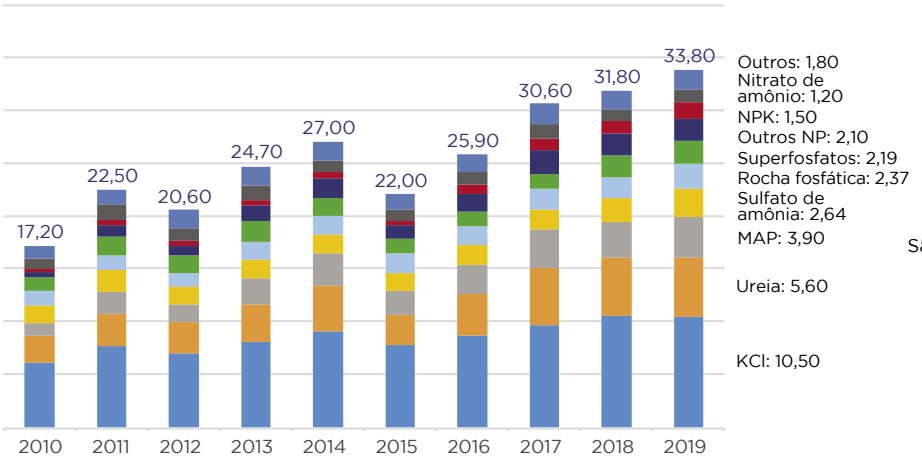
Depois da crise de 2008, os preços internacionais apresentaram um período de volatilidade na primeira metade da década de 2010, com acomodação em níveis mais baixos na segunda metade da mesma década. Note que, no Gráfico 6, o preço da ureia explodiu em 2021,

GRÁFICO 2 – BRASIL: IMPORTAÇÃO DE FERTILIZANTES* POR PAÍS
(MILHÕES DE TONELADAS)



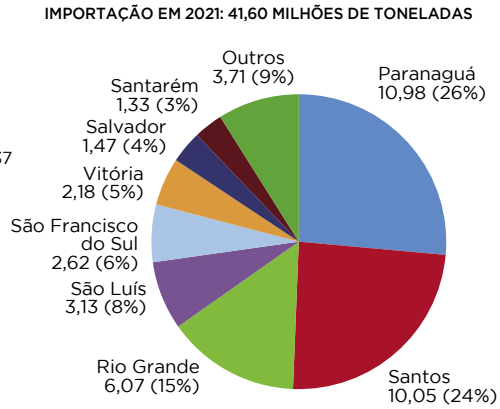
*Adubos e fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos)
Fonte: Comex Stat (dados do Siscomex); elaboração pelo autor

GRÁFICO 3 – BRASIL: IMPORTAÇÃO DE FERTILIZANTES* POR TIPO
(MILHÕES DE TONELADAS)



*Adubos e fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos)
Fonte: FAO; elaboração pelo autor

GRÁFICO 4 – BRASIL: IMPORTAÇÃO DE FERTILIZANTES* POR PORTO EM 2021 (MILHÕES DE TONELADAS E %)



*Adubos e fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos)
Fonte: Comex Stat (dados do Siscomex); elaboração pelo autor

enquanto os demais apresentaram elevações menos impactantes.

Com relação aos preços domésticos, em que pese o fato de a série de preços do MAP ter se iniciado somente em fevereiro de 2019, observa-se, no Gráfico 7, o expressivo aumento dos três componentes ao longo de 2021. A elevação dos preços da ureia e do MAP é explicada pela reação do preço internacional de nitrogenados (representados pela ureia), mas o aumento do KCl não parece ter a mesma explicação. Os preços dos produtos importados são influenciados pela taxa de câmbio, contudo nota-se (na parte de baixo do Gráfico) que a elevação da taxa de câmbio ocorreu no primeiro quadrimestre de 2020, mas o seu efeito não foi transferido imediatamente para os preços em reais dos fertilizantes, uma vez que os preços se mantiveram estáveis durante esse mesmo ano (na parte de cima do gráfico). Isso sugere que os preços de venda dos fertilizantes já haviam sido travados nas negociações para entrega em 2020. Assim, o repasse do efeito do câmbio nos preços em 2020 só aconteceu ao longo de 2021, quando os importadores precisaram renovar compras e renegociar as vendas.

PARTICIPAÇÃO DOS FERTILIZANTES NOS CUSTOS DE PRODUÇÃO DA SOJA

O cenário de elevação dos preços domésticos de fertilizantes leva-nos a procurar entender o que aconteceu com os custos de produção das mercadorias agrícolas, dada a importância dos fertilizantes na composição das despesas para o agricultor.

O Gráfico 8 mostra a elevação dos valores de custeio da soja no norte do Paraná e a despesa com fertilizantes. A participação percentual média dos fertilizantes no custeio da soja representou 22% nesses últimos quinze anos. Veja que a participação em 2021 saltou para 28%, mas deve aumentar ainda mais, uma vez que o último cálculo da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) se deu em março de 2021, antes da explosão dos preços domésticos.

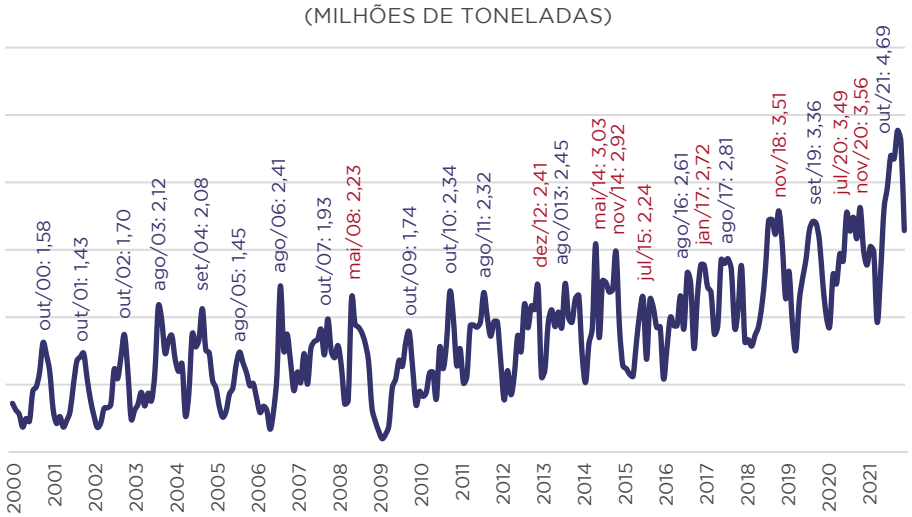
OFERTA DE FERTILIZANTES

A princípio, o problema do fornecimento de fertilizantes para o Brasil estaria circunscrito à Rússia e dependeria mais da permissão do governo russo do que dos contratos de importação entre os fornecedores e a indústria brasileira. O fluxo comercial pode diminuir, mas não deverá ser paralisado.

Quanto à indústria doméstica, ainda que pequena, os altos preços dos fertilizantes são um incentivo real de aumento da produção até a capacidade instalada.

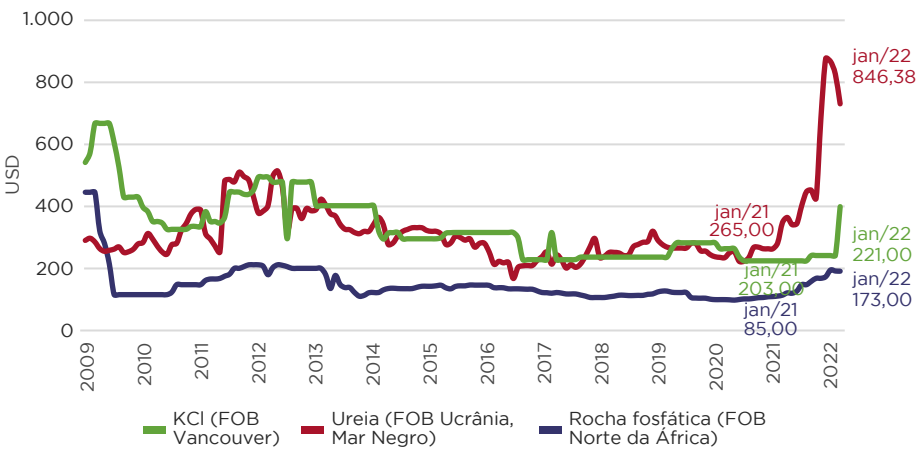
No médio prazo, o Governo vai tentar incentivar investimentos na fabricação de

GRÁFICO 5 – BRASIL: IMPORTAÇÃO MENSAL DE FERTILIZANTES*
(MILHÕES DE TONELADAS)



*Adubos e fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos)
Obs.: as datas correspondem ao desembarque da mercadoria no porto brasileiro
Fonte: Comex Stat (dados do Siscomex); elaboração pelo autor

GRÁFICO 6 – PREÇOS INTERNACIONAIS DE UREIA, CLORETO DE POTÁSSIO E ROCHA FOSFÁTICA (US$/TONELADA)



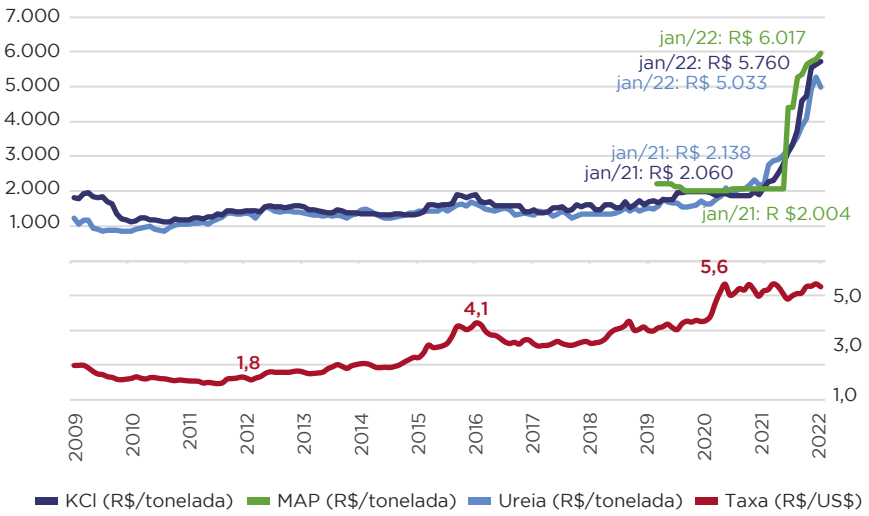
Fonte: Banco Mundial; elaboração pelo autor

fertilizantes por meio do recém-lançado Plano Nacional de Fertilizantes (PNF).

A estratégia de aumentar a produção doméstica de fertilizantes carrega diversos desafios. Um deles está relacionado à produção de amônia (matéria-prima para a produção de ureia, nitrato de amônio, nitrocálcio, sulfato de amônia, MAP e fosfato diamônico – DAP), pois o preço da matéria-prima básica – gás natural – é muito mais elevado em relação ao de outros países, o que inviabiliza a produção local. O preço do gás natural no Brasil é 1,7 vez maior do que o preço europeu e mais de três vezes do que o preço norte-americano.

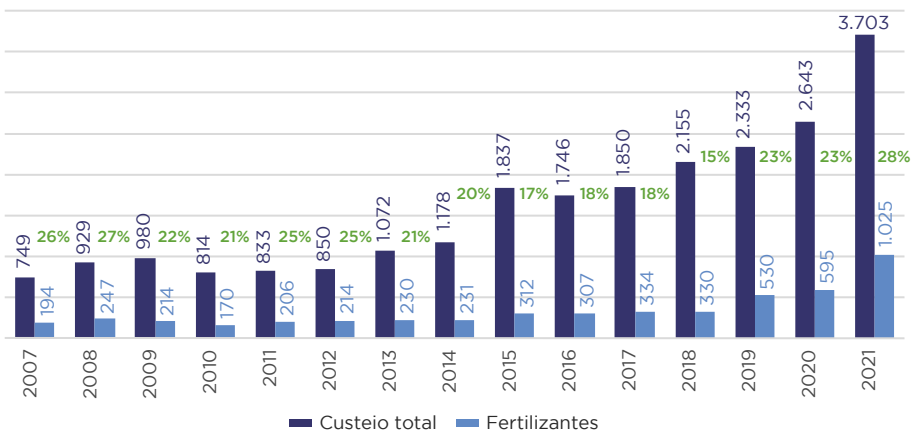
Segundo um estudo publicado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) em 2019, o preço do gás natural doméstico é composto de 46% relativos ao preço do gás (na boca do poço ou no gasoduto), 13% a transporte, 17% a distribuição e 24% a impostos.

GRÁFICO 7 – PREÇOS DA UREIA, DO CLORETO DE POTÁSSIO E DO MAP NO PARANÁ (R$/TONELADA) E TAXA DE CÂMBIO (R$/US$)



Fonte: Conab; BCB; elaboração pelo autor

GRÁFICO 8 – NORTE DO PARANÁ: EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO DA SOJA (R$/HECTARE)



*Custeio da soja: operações com máquinas, mão de obra, administrador, sementes, fertilizantes e agrotóxicos
Fonte: Conab; elaboração pelo autor

IMPACTOS PARA O FUTURO

Caso haja restrição de fornecimento da Rússia para o Brasil, os preços dos fertilizantes podem subir mais ainda, impactando os custos de produção. Por outro lado, os preços das *commodities* também devem subir, puxados pelas altas dos preços do petróleo, do gás natural, do milho e do trigo.

Neste momento de grande incerteza, antes de tomar decisões precipitadas, as lideranças setoriais e o Governo devem construir estratégias muito bem estudadas, debatidas e coordenadas de curto, médio e longo prazos para mitigar o risco de dependência.

O primeiro passo foi dado pela ministra Tereza Cristina, do MAPA, que saiu em busca de maiores volumes entre os fornecedores atuais e criou, com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), um programa de capacitação do produtor no uso racional de fertilizantes.

O PNF, que já estava redigido em novembro último, ganhou prioridade e deverá surtir resultados no médio e no longo prazos.

Ao produtor, cabe realizar uma detalhada análise do solo e traçar um plano de utilização do mínimo de fertilização que não impacte a produtividade. Além disso, ele deve ter muita atenção na gestão de despesas e de fixação de vendas da safra. ■

*Consultor financeiro no agronegócio especializado em derivativos e crédito, membro do Conselho de Administração da Sombrero Seguros e professor dos Programas de Pós-Graduação Lato Sensu da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Fundação Getulio Vargas (FGV) – luiz.caffagni@sombreroseguros.com.br


Tech and Soul
[B]3
Registrar sua CPR na bolsa do Brasil é simplicidade para você e transparência para o mercado.
Desde 1º de janeiro de 2022, o valor mínimo da obrigatoriedade de registro das CPRs, emitidas fora do mercado financeiro, passou de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).
Somos líderes do segmento, com um estoque de quase R$ 100 bilhões e mais de 100 diferentes produtos registrados*.
*Fechamento de jan/22
Acesse e saiba mais
[B]3

[B]³ Novo contrato Futuro de Soja da B3, a bolsa do Brasil.

O derivativo que impulsiona e protege o agronegócio brasileiro.

O Brasil é o maior produtor e exportador de soja do mundo, com 138 milhões de toneladas de grãos colhidas na safra 2020/21 segundo a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), contribuindo de forma expressiva para o abastecimento do mercado internacional de proteína vegetal. Apesar dessa relevância, muitas empresas que atuam nesse segmento encontram dificuldades para acessar instrumentos de proteção financeira (hedge).

Trabalhando com o mercado em busca de soluções, a B3, a bolsa do Brasil, lançou em novembro de 2021 o contrato Futuro de Soja Brasil, desenvolvido em parceria com a Bolsa de Chicago (CME Group) para ser um mecanismo de proteção mais seguro, baseado no preço da soja brasileira e negociado em duas bolsas que são líderes mundiais.

"O agronegócio brasileiro é uma referência mundial, os nossos produtos precisam refletir isso. O novo derivativo chega para atender essa necessidade e ser uma ferramenta de gestão de risco de preço Brasil. Além disso, é de fácil acesso para os participantes nacionais, basta ter uma conta em uma corretora para negociar o novo contrato na B3", explica Louis Gourbin, superintendente de Commodities da B3.

Agora você tem uma ferramenta de gestão de riscos baseada no preço de exportação no porto de Santos e liquidação financeira calculada em dólares por tonelada pelo índice S&P Global Platts!

Opere o Futuro de soja e tenha mais transparência no processo de negociação e precificação, além de um preço aderente à realidade brasileira.

Quer saber como funciona? Confira nosso vídeo!

Além do contrato futuro, também estão listadas as opções de compra e de venda sobre o futuro de soja Brasil.

Clique ou **escaneie** e saiba mais!



Listagem nas duas bolsas

O acordo para criação do produto foi firmado entre as duas bolsas em 2020, e o lançamento pela B3 foi oficializado após a aprovação dos órgãos reguladores brasileiros, obtida em 31/08/2021.

Ele é parte da parceria mantida desde 2007 entre B3 e CME Group, que prevê o desenvolvimento de serviços de tecnologia e agora contratos futuros de soja negociados nas duas bolsas, conectando os participantes globais desse mercado ao setor agrícola brasileiro.

"Essa conexão é importante pois traz o mundo para o Brasil e leva o Brasil para o mundo. O mercado de soja é internacional, mas possui dinâmicas de produção e comercialização distintas por geografia, o que traz a necessidade de novos produtos regionais. A parceria B3 e CME demonstra nossa capacidade de proporcionar novos produtos eficazes e adaptados às demandas de nossos clientes", sintetiza Gourbin.

Principais características do produto

- **Ativo objeto:** preço de soja FOB Santos (SOYBEX FOB Santos) publicado por S&P Global Platts.

- **Tamanho:** 34 toneladas métricas.

- **Cotação:** em dólares dos Estados Unidos por tonelada métrica, com duas casas decimais, e tem variação mínima de US$ 0,20.

- **Liquidação:** financeira, feita pela média das avaliações SOYBEX FOB SANTOS publicadas pela S&P Global Platts durante o período de formação da média de liquidação.

- **Opções disponíveis:** compra e venda de contrato em data futura, com prêmio em dólares americanos por tonelada métrica

- **Estruturadas de rolagem**, que possibilitam a negociação de diferencial de preço entre dois vencimentos em uma única operação, reduzindo riscos.

Novo Contrato Futuro de Soja da B3: O produto certo para impulsionar e proteger o agronegócio

Tem dúvida ou quer mais informações?
Fale com a B3: **produtos.commodities@b3.com.br**.

Clique ou **escaneie**
e saiba mais!

SOJA, O DESMATAMENTO E UM OLHAR DE FORA




JORGE SELLARE, JAN BÖRNER
Professores na Universidade de Bonn

O BRASIL pode contribuir para aumentar o nível de transparência do mercado de soja, não só pelo fato de ser um dos maiores exportadores, mas também porque possui uma ótima base de dados para rastrear e acompanhar a produção.

Política agrícola eficiente é aquela que beneficia tanto consumidores, quanto produtores. No que se refere à sustentabilidade ambiental e social da produção e da comercialização, cada parte tem a sua responsabilidade, que deve ser analisada com base na qualidade dos dados disponíveis e em pesquisas científicas.

A soja é uma das *commodities* mais importantes em termos globais, podendo ser utilizada para alimentação humana, ração animal ou geração de bioenergia. A comercialização do produto atingiu US$ 55,2 bilhões em 2019, com tendência crescente. As exportações brasileiras atingiram US$ 26,1 bilhões entre 2014 e 2018. Desse total, US$ 900 milhões resultaram de compras feitas pela Alemanha e representam 28% dos grãos e 32% do farelo de soja consumidos pelo país.

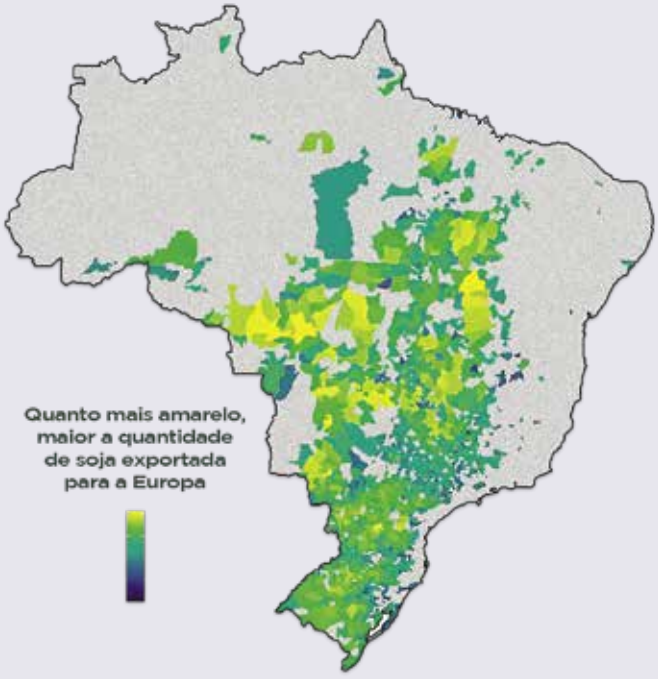
Entre 2010 e 2015, a pegada média de emissões de carbono foi de 0,69 toneladas de CO_2 por tonelada de soja exportada. Cerca de um terço dessas emissões é resultado da mudança de uso da terra, ou seja, da conversão de floresta em terras cultiváveis. O total do desmatamento relacionado à soja mostra-se bastante concentrado: apenas 1% dos municípios produtores são responsáveis por mais de metade do desmatamento.

REGULAMENTAÇÃO PROPOSTA PELA UNIÃO EUROPEIA

A União Europeia (UE) pretende permitir somente importações de produtos que sejam comprovadamente livres de desmatamento. Quais serão as consequências dessa medida?

A nossa opinião é que uma lei como essa pode enviar um sinal importante para o mercado internacional e pressionar a China e outros importadores a adotarem leis semelhantes. Os preços refletirão o aumento no custo do monitoramento para os importadores e de *compliance* para os produtores. Sendo assim, uma lei que unifique os padrões de sustentabilidade na UE garantirá que as empresas que tomam ações pró-ativas para combater o desmatamento compitam no mesmo patamar que empresas que importam de áreas de desmatamento.

MUNICÍPIOS EXPORTADORES DE SOJA PARA A UNIÃO EUROPEIA



No entanto, existe o risco de que essa lei não contribua para efetivamente reduzir o desmatamento. Por exemplo, a Alemanha poderia, teoricamente, importar toda a sua soja (1,25 milhão de toneladas em 2018) dos municípios de Tasso Fragoso e Balsas no Maranhão, enfrentando um alto risco de desmatamento (4.549 hectares). No entanto, essa mesma quantidade de soja poderia ser importada de Rio Verde (em Goiás), município com um risco de desmatamento de apenas 163 hectares.

Desta forma, a lei da UE poderia levar a Alemanha a se abastecer com soja livre de desmatamento, mas não impediria, de fato, o desmatamento. O efeito seria apenas o deslocamento da origem da soja de uma região com mais para uma com menos (ou zero) desmatamento – deixando a exportação de soja com um risco maior para países fora da UE.

No mapa da página seguinte, podemos ver as rotas marítimas da exportação de soja brasileira. Como são mais curtas, as rotas do transporte para a Europa pela região Norte do País implicam menos emissões do que as feitas pelos portos de

Santos e da região Sul. Já a exportação para a Ásia utiliza os portos do Sul devido à menor distância.

Se a UE aumentasse as suas importações de soja oriundas do Sul do País (áreas com menor risco de desmatamento), teria de utilizar rotas comerciais mais longas, resultando em maiores custos e mais emissões relacionadas ao transporte. Assim, a compra de soja sem desmatamento pela UE pode não ser uma solução plena para conter o desmatamento e as emissões de carbono.

Para reduzir o desmatamento associado à produção de soja, precisaremos combinar medidas do lado da oferta e do lado da demanda. A implementação das leis brasileiras é o método mais efetivo para evitar o desmatamento ilegal. Mas reduzir o desmatamento legal gerará custos que precisarão ser compensados. Precisamos canalizar a disposição dos consumidores europeus de pagar por soja sustentável para compensar esses custos adicionais e financiar iniciativas que combatam o desmatamento *in situ*.

É importante, também, considerar as vantagens comerciais tanto das regiões exportadoras, como das importadoras. As leis para controlar a cadeia de fornecimento dão sinais importantes, mas não acreditamos na solução simples de tentar dividir o mercado em "limpo" e "sujo". Necessitamos implementar medidas para realmente reduzir o desmatamento e entendemos que isso é possível.

Saiba mais: SELLARE; BÖRNER (2021). German soy imports from Brazil and policy options for more sustainable supply chains. Background paper for the German-Brazilian Agricultural Policy Dialogue. ■

ROTAS DE EXPORTAÇÃO DA SOJA BRASILEIRA



Fonte: adaptação de SALIN (2021)

Assista o *webinar* "Soja Brasileira na Alemanha: Desafios de Sustentabilidade da Cadeia Produtiva" no canal do APD no YouTube.

O Diálogo Agropolítico Brasil-Alemanha (APD) é um mecanismo de cooperação para a troca de conhecimentos e informações sobre os desafios agroambientais bilaterais e globais. Há mais de duas décadas, a Alemanha desenvolve iniciativas semelhantes com diversos países. Elas são importantes referências para o desenvolvimento do APD no Brasil.

As atividades do APD têm como base o Memorando de Entendimento assinado pelas ministras Tereza Cristina, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e Julia Klöckner, do Ministério da Alimentação e Agricultura da Alemanha (BMEL, na sigla em alemão).

DIÁLOGO AGROPOLÍTICO
APD | BRASIL · ALEMANHA

Participam do Diálogo representantes dos ministérios da Agricultura, do agronegócio, da Academia e da sociedade civil dos dois países. O objetivo é a busca de um melhor entendimento sobre questões-chave das políticas agropecuárias frente aos crescentes desafios agroambientais e das mudanças climáticas. O intercâmbio e a disseminação de conhecimento dão-se por meio de seminários, fóruns, conferências, publicações e viagens de intercâmbio.

APD na internet

Visite **www.apdbrasil.de** e os nossos canais no YouTube e no LinkedIn (APD Brasil-Alemanha).

#OTMIS #NOVOSTEMPOS #NOVASSOLUÇÕES

OTMIS: MARCA DE AGRICULTURA DE PRECISÃO MULTIMARCAS DA JACTO

Criada para você que busca atingir níveis maiores de rentabilidade, mesmo nas mais variadas condições de solo, plantio e meio ambiente.

Informações em tempo real sobre as atividades agrícolas da fazenda, para tomar melhores decisões operacionais e reduzir sobreposições, amassamento e falhas na aplicação.

APONTE A CÂMERA PARA O QR CODE E DESCUBRA MAIS SOBRE AS NOSSAS TECNOLOGIAS!

OTMIS: TECNOLOGIAS PARA NOVOS TEMPOS!



2dcb.com.br

jacto

OTMIS

E AGORA: COMO ECONOMIZAR FERTILIZANTES E GARANTIR PRODUTIVIDADE?



GUSTAVO BARBOSA MICHELI
Gerente de Negócios de Adubação da Jacto

ESSENCIAIS PARA a garantia da segurança alimentar da população, os fertilizantes são indispensáveis por proporcionar a quantidade suficiente de nutrientes para atender o ciclo produtivo das culturas agrícolas.

No entanto, com um enorme impacto sobre os preços, dois graves problemas agravaram o quadro conjuntural desse mercado:

- O cenário provocado pela pandemia do novo coronavírus desde março 2020, com uma série de interrupções nas cadeias da sua produção tanto na Ásia, como na Europa;
- A explosão da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, dois importantes países exportadores desses insumos, com suspensão das entregas.

Aqui no Brasil, isso fez com que a participação dos fertilizantes nos custos de produção tivesse um aumento expressivo, de até 30%, como na soja e no milho. A situação requer prioridade na condução do processo produtivo das lavouras. O foco dos produtores deve ficar voltado para administrar a redução de gastos e desperdícios.

SHUTTERSTOCK



TECNOLOGIAS DE APLICAÇÃO

A alta dependência da importação dos fertilizantes pelo Brasil traz grandes preocupações sobre sua oferta para a safra 2022/23. Normalmente, neste segundo trimestre, os estoques de adubo começam a ser formados no campo, para serem aplicados entre o final de agosto e o início de setembro.

Nesse cenário, cabe aos produtores rurais buscarem no mercado as tecnologias que lhes permitam utilizar o mapeamento das reais necessidades nutricionais do solo e das áreas de plantio para aplicar as doses corretas de fertilizantes.

Durante o ciclo produtivo das culturas, a maior quantidade de fertilizante utilizada ocorre na forma sólida, em especial para suprir potássio e nitrogênio. Nessa ampla área, a parte extrema do talhão, na chamada bordadura, exige uma atenção especial. Ali, a aplicação deve ser feita por distribuidores centrífugos com capacidade operacional para regular as doses nas faixas de aplicação.

Trata-se de uma operação de cobertura sujeita a desperdícios de fertilizantes por falha no momento de calibração da faixa de aplicação, com áreas sobrepostas e fora dos limites do talhão.

DIFERENCIAL DO CONTROLE AUTOMÁTICO

Essa tecnologia utiliza o georreferenciamento (mapa geográfico) via GPS. Com controle automático, ao perceber uma área já aplicada anteriormente ou com falta de aplicação, realiza a abertura ou o fechamento gradual do perfil de distribuição, seção por seção.

Com o controle automático, o SmartSet é a ferramenta desenvolvida para auxiliar o agricultor no ajuste da faixa de aplicação da sua adubadora a lanço Jacto. A faixa de aplicação abre e fecha de forma automática, de modo a minimizar sobreposições nas entradas e nas saídas das bordaduras.

Com o uso desse recurso, a redução do consumo de fertilizantes pode chegar a 15%. Isso representa uma economia para o agricultor e uma maior proteção ambiental. O investimento dos produtores nos distribuidores que apresentam esse diferencial tecnológico oferece um retorno financeiro em um período curto, até mesmo no primeiro ano de uso da tecnologia. ■

PECUÁRIA PODE ABRIR NOVOS MERCADOS COM A RASTREABILIDADE DOS SEUS PRODUTOS



RODRIGO DIAS LOPES

Zootecnista e especialista em Agronegócio e Pecuária Sustentável da National Wildlife Federation (NWF) no Brasil

PARA AMPLIAR a competitividade da pecuária, frigoríficos e produtores rurais têm buscado apoio em iniciativas que trabalham para atender as novas exigências dos mercados investidor, consumidor e varejista.

Nesse sentido, a NWF desenvolveu o Visipec, um aplicativo de rastreabilidade que funciona de forma complementar aos sistemas de monitoramento utilizados pelos frigoríficos. O Visipec ajuda estes a entenderem melhor sua cadeia de fornecimento ao trazer maior visibilidade sobre as propriedades que fazem parte da cadeia de suprimento e quais suas condições socioambientais. Para isso, a ferramenta liga fazendas que trabalham na recria/engorda com aquelas que trabalham na cria e aumenta os níveis de rastreabilidade na cadeia de suprimentos.

Das fazendas analisadas utilizando o Visipec, mais de 90% cumprem as boas práticas do Grupo de Trabalho dos Fornecedores Indiretos (GTFI), um conjunto de orientações acordadas no Brasil para fazer o monitoramento dos fornecedores indiretos. O objetivo é manter as fazendas aptas a atender as novas demandas do mercado. Assim, quando o Visipec identifica uma irregularidade, o frigorífico, com o apoio técnico da NWF, segue um procedimento:

- procura o produtor para coletar mais informações e refinar a análise caso a caso;
- se for confirmada a irregularidade, orienta o produtor sobre como solucionar o problema.

Desta forma, a NWF ajuda produtores e frigoríficos a garantir aos consumidores o cumprimento de normas de produção sustentável e ofertar seus produtos em diferentes mercados. Nesse trabalho, as informações compartilhadas dizem respeito apenas às propriedades, e isso é feito de forma segura e permite que todos os envolvidos se sintam confortáveis. Assim, o setor como um todo pode começar a trabalhar junto para medir resultados, traçar planos e reportar progresso publicamente aos compradores da carne brasileira.

No entanto, ainda existem grandes desafios para ampliar a rastreabilidade na produção pecuária brasileira. Em adição ao grande rebanho formado por mais de 200 milhões de cabeças, a extensão territorial do País e a complexidade do sistema produtivo são questões a ser superadas. Além de tudo, o Brasil não conta com um sistema público de rastreabilidade individual dos animais adotado em larga escala, e, atualmente, os produtores não têm nenhum incentivo que estimule a adoção de um sistema assim.

Mas, mesmo com esses desafios, alguns parceiros da NWF estão indo além e disponibilizando assistência técnica aos produtores para resolver questões ambientais por meio das informações geradas pelo Visipec. Assim, a pecuária nacional segue acompanhando as demandas do mercado internacional e, muitas vezes, se antecipando a elas para buscar o melhor caminho a seguir. E a rastreabilidade será uma grande aliada para contar melhor a história da produção pecuária brasileira. ■



SHUTTERSTOCK



KIKA DAMASCENO

12º SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE SUPLEMENTOS MINERAIS

TEMA: O BRASIL SUSTENTÁVEL PRONTO PARA ALIMENTAR O MUNDO

O 12º Simpósio Nacional da Indústria de Suplementos Minerais, da Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais (ASBRAM), teve como tema "O Brasil sustentável pronto para alimentar o mundo". Caracterizado como um dos eventos mais esperados do setor, reuniu mais de 350 profissionais de indústrias do segmento e palestrantes de alto nível para tratar sobre os desafios globais e o papel do Brasil na produção global de alimentos.

Não é possível falar sobre aumento de eficiência e produtividade na produção de proteínas sem enfatizar a ciência e a tecnologia. A sustentabilidade, apesar de tanta informação levantada a respeito, ainda requer avanços significativos. Precisamos absorver conhecimento e fazer mudanças de hábitos para que o Brasil esteja, de fato, adequado e pronto para alimentar o mundo.

Por isso, o 12º Simpósio da ASBRAM, realizado em 17 e 18 de março último, em Campinas-SP, teve como proposta trazer reflexões sobre o quanto precisamos transformar trabalho, corpo e mente para atingir resultados cada vez mais promissores.

ESTÍMULO À ADOÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS

Na abertura oficial do Simpósio, o destaque coube aos avanços tecnológicos em curso no setor. O agronegócio brasileiro conquistou mais de duzentos novos mercados externos nos últimos três anos. Isso é motivo de orgulho! Trata-se do resultado oriundo do espírito empreendedor das empresas agroindustriais para oferecer cada vez mais produtos de alta qualidade aos clientes.

Nesse sentido, a recíproca é verdadeira, pois, graças à abertura e à expansão do comércio, aumentaram-se, também, os

investimentos. “Os novos mercados têm estimulado toda a cadeia de proteína animal a adotar mais tecnologias nos últimos anos”, afirmou Juliano Sabella Acedo, presidente da ASBRAM, no seu pronunciamento.

O evento, que ocorreria em 2021, foi adiado por causa da pandemia. Por isso, Acedo aproveitou para agradecer o trabalho realizado com dedicação pelo ex-presidente Daniel Guidolin, comandante da Associação na gestão 2020-2021, responsável pela organização da 12ª edição do Simpósio juntamente da vice-presidente Elizabeth Chagas.

Na sua fala, Guidolin ressaltou o tema deste ano e o papel da ASBRAM. “Não existe nenhum país no mundo com a sustentabilidade encontrada com raridade no Brasil. Contamos com a extensão de florestas e dispomos de muita tecnologia. Precisamos reunir esses dados e comunicá-los melhor ao exterior. A pecuária é um dos setores que ‘mais apanha’ do



KIKA DAMASCENO

mundo. Estamos aqui para ajudar a levar informação sobre essa atividade. A ASBRAM defende a indústria, promove o uso correto de suplementos e estimula a pesquisa”, completou Guidolin.

O MOMENTO É DE ADAPTAÇÃO

A partir de dados e informações relevantes sobre o que tem sido feito no Brasil acerca da produção sustentável da agropecuária, a zootecnista Fabiana Villa Alves, diretora de Produção Sustentável e Irrigação do Ministério da Agricultura, primeira palestrante, tratou sobre o tema “Uma pecuária de baixa emissão de carbono com desenvolvimento territorial sustentável”.

Com muitos anos de experiência na área de pesquisa, a palestrante possui um profundo conhecimento do potencial brasileiro e dos avanços verificados nesse segmento. Por isso, destacou que o momento é de adaptação, com a necessidade de “reduzir a vulnerabilidade dos sistemas frente aos efeitos atuais e esperados das mudanças climáticas”, conforme a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), de 2009. Desta maneira, podemos manter sistemas produtivos fortes e sustentáveis. “Diante de tantos desafios ambientais e climáticos, a urgência consiste em aderirmos cada vez mais a compromissos que tornem a produção agropecuária brasileira mais sustentável”, afirmou.



KIKA DAMASCENO

Um dos principais caminhos trilhados pelo agro para investir em ações de sustentabilidade é o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas Visando à Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura para o ciclo de 2021 a 2030 (Plano ABC+), lançado como uma versão atualizada do Plano ABC (executado entre 2010 e 2020), que se tornou uma referência mundial de política pública na promoção de tecnologias e práticas sustentáveis no setor agropecuário.

Nessa nova etapa, o Plano ampliou as tecnologias disponíveis. “O ABC+ promove uma estruturação do setor. Temos de medir, reportar e validar”, afirmou Villa Alves. Na primeira etapa, o Brasil incorporou 52 milhões de hectares degradados com apenas uma das tecnologias de um total de seis existentes até então.

“Agora, com a renovação trazida pelo Plano ABC+, assumimos novos compromissos internacionais, com sistemas agropecuários mais sustentáveis, resilientes e competitivos”, completa Alves. O Plano ABC+ ampliou para nove o número de tecnologias consideradas como eixos estratégicos até 2030. Para que seja plenamente executado, o Plano possui definições de metas e parceiros para, ao longo desta década, aplicar tecnologias mitigadoras e adaptadas que, além de preservar o meio ambiente, gerarão renda ao produtor rural.

UMA NOVA CRISE

A segunda palestra coube ao rabino Nilton Bonder, escritor e dramaturgo, com autoria e publicação de 26 livros em dezoito idiomas, com o tema "Sustentabilidade, trabalho, meio ambiente e espiritualidade". A guerra iniciada pela Rússia na Ucrânia causa desdobramentos de ordem política e econômica que abrangem o agronegócio mundial, tendo trazido à tona os principais desafios globais desse cenário de conflitos existente no Leste Europeu.


KIKA DAMASCENO

O palestrante ressaltou o fato de estarmos, hoje, diante de uma nova crise no mundo e de precisarmos reconhecer o nosso papel como seres humanos transformadores. "Temos de nos responsabilizar pelos acontecimentos no mundo. Não conseguimos criar um órgão mundial para trazer a paz. Criamos potências atômicas e ficamos reféns de um aperto de dedo", afirmou.

No campo da sustentabilidade, Bonder trouxe ao público reflexões importantes. "O que nos diferencia é a capacidade de raciocínio, livre-arbítrio, opções de escolha e comunicação. O fato de termos ciência e tecnologia não significa nada. Apesar de ninguém querer destruir o meio ambiente, a maneira como as coisas são feitas produz esse cenário. Mas, acima de tudo, o ser humano consegue produzir amor, valor e propósito", concluiu.

PRINCIPAIS DESAFIOS GLOBAIS

O mundo mudou, e interpretar os fatos do que vem por aí é um dos atributos de Ricardo Amorim, economista de grande prestígio no Brasil pela revista Forbes, com influência no País via LinkedIn e vencedor do Prêmio iBest de Economia e Negócios 2021.

A sua palestra teve como tema "Como vai o mundo, para onde estamos indo e nós, da pecuária e do agronegócio, para onde iremos?", versando sobre a realidade do mundo atual e do que estamos entregando às futuras gerações.

"A diferença é sobre quanto tempo estaremos aqui. Precisamos encontrar formas para como nossos netos e bisnetos viverão. Uma nova ordem mundial começou há três décadas, com o crescimento da economia e a demanda por matérias-primas. China e Índia são novos motores globais", explicou Amorim.


KIKA DAMASCENO

Para o palestrante, é impossível saber exatamente as consequências geopolíticas, econômicas e financeiras que a invasão da Ucrânia pela Rússia trará. Nesse novo cenário, o mundo rachará em dois grandes blocos: um liderado por EUA e Europa e outro por China e Rússia. Aos outros países, restará escolher um dos lados. Para ele, esse mundo rachado será um mundo mais pobre, pois a economia mundial não crescerá no ritmo crescente demonstrado até agora.

No âmbito da economia global, a China terá, entre 2020 e 2024, 28,3% de representatividade no crescimento do Produto Interno Bruno (PIB) mundial, enquanto a Índia ficará com 15,5%, os Estados Unidos com 9,2% e outros países com 21,5%. Além disso, é crescente o número de novas construções na China, com cerca de 22 mil lançamentos anuais, com demanda continuada de minério de ferro.

No Brasil, a criação de novos empregos puxa a economia para cima. Enquanto isso, observa-se que a taxa de desemprego caiu para 11,2% no primeiro trimestre deste ano – um recuo de 0,9% em comparação ao quarto trimestre de 2021. Essa foi a menor taxa para o período desde 2016, quando o percentual de brasileiros desempregados era de 9,6%.

Vivemos um ano de eleições, com dinheiro mais caro, pois a taxa básica de juros (Selic) foi para 11,75% e deverá continuar a subir diante do aumento da inflação. Esse movimento

pode impactar com queda o consumo. Para o agronegócio brasileiro, a demanda continuará crescente, e, segundo o boletim Focus divulgado pelo Banco Central do Brasil (BCB) na penúltima semana de março último, o dólar encerrará o ano em torno de R$ 5,30.

Amorim surpreendeu o público com a sua análise realista, porém otimista, a respeito da economia mundial e do Brasil. Segundo ele, para o agronegócio continuar de vento em popa, será preciso estar mais preparado. "Precisamos agregar valor aos nossos produtos. Apesar da queda do poder aquisitivo, a população continua a consumir carne, e, por esse motivo, teremos um processo de transformação com eficiência produtiva e redução dos custos de produção", afirmou.

Como conclusão, Amorim disse que é preciso melhorar o *marketing* brasileiro. "Qual é o foco e quem é o nosso cliente? Precisamos fazer um *marketing* mais assertivo com os nossos consumidores", arrematou.

PRÊMIO EXCELÊNCIA ASBRAM 2021

A entrega tradicional do Prêmio foi feita ao pesquisador Gustavo Rezende Siqueira, da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) regional de Colina. Com a família, o premiado subiu ao palco do evento para as homenagens. Ele é graduado em Zootecnia pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), com Mestrado e Doutorado em Zootecnia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP).

É professor, articulista e especializado em avaliação, produção e conservação de forragens e produção animal, com atuação, principalmente, nos temas de produção animal, bovinocultura de corte, suplementação, confinamento, ensilagem e aditivos. A honra entregue pela ASBRAM faz parte da tradição do Simpósio de lembrar-se com destaque de um profissional com atuação relevante na pecuária.


KIKA DAMASCENO

INOVAÇÃO E CRIAÇÃO DE VALOR

Como precisamos avançar em direção das mudanças que necessitamos fazer, devemos pensar nas estruturas de reorganização. Foi com esse questionamento que a professora Maria Flávia Bastos, autora que colabora para o desenvolvimento da humanização nas práticas de gestão, iniciou a quarta palestra do Simpósio, com o tema "ESG – desafios para líderes e gestão de pessoas". A sigla ESG, com origem no termo em inglês '*environmental, social and governance*', pode ser traduzida para o português como ASG, referindo-se a 'ambiental, social e governança'.


KIKA DAMASCENO

Essa sigla foi citada pela primeira vez em 2004, no "Who Cares Wins" ("Quem Ganha se Importa", em tradução livre), publicação do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) em parceria com o Banco Mundial. Naquela oportunidade, o então secretário-geral Kofi Annan provocou cinquenta *chief executive officers* (CEOs) de grandes instituições financeiras sobre como integrar o mercado de capitais. Já no Brasil, o conceito de ESG ganhou força, nos últimos dois anos, dentro das organizações para retratar o uso consciente dos recursos naturais, a inclusão social, os direitos humanos, a diminuição da desigualdade social e o combate à pobreza, além de proporcionar segurança ao trabalhador, bem-estar, remuneração justa e engajamento.

No agronegócio, a responsabilidade e o potencial de aplicação das práticas de ESG são grandes. Bastos reforçou a importância de quem trabalha no setor em reedificar a relação entre sociedade, natureza, economia e ética – desde a produção até a distribuição –, bem como pensar em produtos e empresas que trarão utilidades fundamentais aos indivíduos e seus territórios.

Ao explicar sobre a evolução da responsabilidade social nos negócios e a necessidade de criarmos valor pensando na sociedade como um todo, Bastos declarou que "quem não cede não escuta, não aprende as diferenças e não vive a cooperação. Precisamos sempre pensar: quem somos? Quais são os nossos valores? Se fazemos o que falamos. Por isso, somos resultados das nossas escolhas e precisamos ser justos e éticos com o próximo".

CASES E CAUSOS

Um dos pontos altos do 12º Simpósio da ASBRAM foi o painel entre o consultor Ivan Wedekin e o ex-ministro da Agricultura Alysson Paolinelli. Ambos fizeram uma leitura sobre a guerra no Leste Europeu, e Paolinelli lembrou dos momentos de escassez de alimentos durante a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais.

Anos depois, entre 1980 e 2000, o mundo passou por uma transformação alimentar, e, da perspectiva nacional, isso fez com que o Brasil deixasse de ser importador de alimentos para, depois de alguns anos, se tornar a potência agroalimentar que é até hoje.

Além da alimentação, depois da crise do petróleo na década de 1970, foi preciso investir em novas fontes de energia no Brasil. Paolinelli explicou que "o Brasil passou a investir mais na produção de etanol como alternativa. Na época, os estudos mostravam a vantagem comparativa desse produto no País. E assim foi".

O ex-ministro da Agricultura foi indicado pela segunda vez ao Prêmio Nobel da Paz neste ano, graças ao seu trabalho de liderança na revolução agrícola tropical sustentável. Isso deu autossuficiência para o Brasil transformar-se em uma potência agroalimentar. Ao mesmo tempo, criou horizontes para o desenvolvimento sustentável de países do cinturão tropical. Tudo isso ajudou a segurança alimentar do mundo. Feita por Durval Dourado Neto, professor titular e diretor da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), a indicação em 2021 recebeu o apoio de muitos acadêmicos, tendo reitores de universidades de vários países enviado cartas de apoio a Paolinelli.

Hoje, esse engenheiro-agrônomo de 86 anos é presidente do Instituto Fórum do Futuro, criado por ele para apontar e resolver os problemas brasileiros, além de ampliar a formação técnica e científica de jovens. "O Brasil tem de ser colocado como solução, e precisamos nos comunicar melhor. O mundo não conhece os princípios da agricultura tropical, que permite produzir três safras por ano graças à irrigação e ao plantio direto na palha", afirmou durante a sua participação no Simpósio.

Com uma agenda extensa de compromissos, Paolinelli está sempre à frente do seu tempo e comentou oportunamente sobre as novas alternativas para a crise dos fertilizantes, explicando que iria ao lançamento de um programa de remineralização dos solos brasileiros em Uberlândia, no estado de Minas Gerais. "O Brasil não tem um solo rico, mas tem as rochas com os elementos que precisamos. Se acordarmos rápido, veremos que podemos fazer uma mistura dessas rochas com biotecnologia e, assim, teremos à disposição das plantas elementos fundamentais", concluiu.



KIKA DAMASCENO

SAIR DA ZONA DE CONFORTO

Todos os palestrantes foram enfáticos ao falar sobre a mudança e as formas de nos adaptarmos para o futuro próximo do mundo que está mudando. Na última palestra do evento, com o tema "Como a comunicação pode nos ajudar em nossos negócios e nos desafios diários da nossa vida?", o comunicador Renato Meirelles, presidente do Instituto Locomotiva e fundador do Data Favela, profundo conhecedor das transformações econômicas vividas pela classe média do Brasil nos últimos doze anos, encerrou a programação da 12ª edição do Simpósio da ASBRAM.

De forma dinâmica, ele tirou os participantes da zona de conforto ao trazer informações a respeito de como os novos consumidores se comunicam. Hoje, sete de cada dez deles optam por comprar produtos com valores iguais aos seus. Isso traz uma pressão relevante sobre as empresas. Elas precisam não somente conhecer essas exigências, como também provar que atendem plenamente essas novas necessidades, que variam entre origem dos produtos, processo de produção e responsabilidade social.

Uma pesquisa realizada com brasileiros acima de dezesseis anos mostra que 89% deles concordam que a preocupação com a sustentabilidade deve ser ensinada desde cedo e que 84% temem pelo futuro das próximas gerações por causa das questões ambientais.



KIKA DAMASCENO

Outra preocupação gira em torno da percepção dos consumidores quanto a comprar produtos considerados saudáveis. "Uma pesquisa revela que, entre as proteínas de origem animal, os peixes e os frutos do mar são considerados as mais saudáveis. Em segundo lugar, vem o frango. A carne bovina fica em terceiro lugar e só perde para a carne suína", explicou Meirelles ao reforçar a importância da comunicação e do *marketing* no agro. "Como o consumidor não sabe tecnicamente qual produto é mais saudável, enfrentamos uma disputa de narrativa que não pode ficar apenas na mão do varejo", afirmou.

NETWORKING E INTERAÇÃO

Além de um conteúdo rico em informações e análises a respeito dos principais desafios da sociedade atual, o 12º Simpósio da ASBRAM proporcionou importantes momentos de *networking* aos participantes, que tiveram também períodos de interação e descontração, com a apresentação musical do cantor e compositor Cláudio Lacerda e da sua banda.

Com o encerramento da 12ª edição do seu Simpósio, a ASBRAM iniciará o planejamento para o próximo evento, que acontecerá daqui a dois anos. "Agora, já começaremos a trabalhar no nosso próximo Simpósio, com a grande vantagem de já retornarmos com as nossas reuniões presenciais nos próximos meses", concluiu o presidente da ASBRAM, Juliano Sabella Acedo, ao agradecer a participação de todos os participantes. ■

A ***Agroanalysis*** agradece a colaboração da jornalista Lilian Munhoz, apresentadora dos canais Terraviva e AgroMais (da Rede Bandeirantes) e sócia da Comunicativas.


KIKA DAMASCENO

A AMEAÇA À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E À SEGURANÇA ALIMENTAR



FÁBIO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

O 6º Levantamento da Safra de Grãos 2021/22, divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), reitera a resiliência e o vigor do agronegócio brasileiro. Apesar das agruras inerentes a dois anos de pandemia, estiagem em vários estados, dificuldade de acesso ao crédito e alta dos juros e da inflação, deverão ser colhidos 265,7 milhões de toneladas – 4,0% a mais do que na temporada anterior. Já a área plantada apresenta um crescimento de 4,3%, atingindo 72,7 milhões hectares. Contudo, não fossem os problemas climáticos do ciclo primavera-verão, a safra seria superior a 290,0 milhões de toneladas.

Os números demonstram que a nossa agropecuária seguirá contribuindo de modo significativo para o desenvolvimento nacional, com crescimento tanto no mercado doméstico, quanto no externo. É previsível uma receita agropecuária robusta, em função dos preços das *commodities*, como carnes, soja, milho e algodão, e dos resultados positivos nas exportações. Porém, neste momento, o setor corre um risco sem precedentes: a ameaça da falta de fertilizantes minerais.

Infelizmente, somos um país dependente desse insumo; importamos mais de 80% do total que consumimos. Em 2021, demandamos do exterior 41,6 milhões de toneladas, dos quais 22,0% são provenientes da Rússia e 5,8%, de Belarus. As sanções econômicas aos dois países, em decorrência da invasão da Ucrânia, ameaçam a nossa produtividade agrícola, que vem se expandindo à taxa média de 81 quilos/hectare/ano (no caso dos grãos). Para isso, os fertilizantes são essenciais, além dos avanços genéticos das sementes, do conhecimento técnico e das demais tecnologias empregadas no campo.

A situação piora, sem uma perspectiva de resolução em curto prazo. A Rússia, independentemente das sanções recebidas, recomendou aos fabricantes de fertilizantes que suspendam as exportações. O seu governo quer garantias de efetivação das entregas e do recebimento, considerando que navios de carga, caminhões e trens do sistema logístico pararam de operar em portos russos.

Como não temos qualquer controle sobre a situação geopolítica global, cabe ao Brasil buscar alternativas com urgência. A primeira, que nos parece decisiva e premente, é ampliar a compra de fertilizantes minerais de outras nações produtoras, principalmente do Canadá, dos Estados Unidos, da China e de países do Oriente Médio, grandes parceiros comerciais do Brasil.

Em médio e longo prazos, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) trabalha no Plano Nacional de Fertilizantes (PNF) para reduzir a nossa dependência externa. Porém, os resultados esperados não nos darão autossuficiência e, tampouco, surgirão em tempo de mitigar os presentes riscos.

Em outra frente, está o aumento da produção de biofertilizantes, provenientes do tratamento de matéria orgânica e de resíduos da indústria e da própria agropecuária. Porém, a sua produção atual é de apenas 1,5 milhão de toneladas anuais. Além disso, os compostos não substituem completamente os minerais, sendo necessário, ainda, aumentar sua eficácia e produtividade. Seu desenvolvimento é válido, mas não como resposta ao problema atual.

Os produtores rurais brasileiros têm enfrentado e superado numerosos desafios, desde os climáticos e os pandêmicos até os que afetam genericamente a economia nacional. Porém, estão na expectativa de uma solução para o conflito ou o suprimento de fertilizantes de outras fontes, em tempo de impedir a redução da produção agropecuária, o recrudescimento da inflação e a insegurança alimentar. ■



DIÁRIO DE BORDO

INCERTEZAS

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro) e embaixador especial da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, na sigla em inglês) para as Cooperativas

EM MARÇO último, o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Cepea/Esalq/USP) publicou os dados do Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro referentes a 2021, levantados em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Os números são bastante positivos: houve um crescimento de 8,36% em relação a 2020. Esse resultado é um pouco inferior ao estimado, de 9,37%, especialmente devido à tremenda seca e às geadas do primeiro semestre de 2021, que afetaram as colheitas das safras de inverno e das culturas permanentes ou semipermanentes. Mas o mais interessante é que o PIB do agronegócio fechou em 27,40% do PIB total do País – número inferior apenas ao de 2004, quando chegou a 27,53%.

Já o Valor Bruto da Produção (VBP) – faturamento bruto dentro dos estabelecimentos rurais considerando as produções agrícolas e pecuárias e a média de preços recebidos pelos produtores no País todo – ficou em R$ 1,27 trilhão, sendo que o VBP agrícola foi de R$ 844,4 bilhões e o VBP pecuária, de R$ 429,8 bilhões. O Cepea estima que o VBP deste ano deve chegar a R$ 1,37 trilhão, ou 7,9% maior do que o do ano passado. É claro que esses números estão sujeitos a grandes mudanças, dependendo das consequências da invasão da Ucrânia pela Rússia, que pode interferir na oferta mundial de alguns cereais (trigo e milho) e, também, de fertilizantes, mexendo em custos e preços ao produtor, com reflexo pernicioso no aumento da inflação global de alimentos.

O governo brasileiro, preocupado com essa inflação – que tem sido impactada pelo custo do petróleo –, tomou, em março passado, algumas iniciativas, como zerar até o final do ano o imposto de importação de etanol, café, margarina, queijos, macarrão, óleo de soja e açúcar. O Governo calcula que a redução do imposto sobre o etanol ajudará a diminuir o preço da gasolina no posto de abastecimento, visto que o etanol anidro entra na composição da gasolina em 27%. Mas o impacto sobre os alimentos selecionados deve ser menos relevante, visto que a produção nacional é muito maior do que a importada.

Preocupado com a inflação, o Governo zerou até o final do ano o imposto de importação de etanol, café, margarina, queijos, macarrão, óleo de soja e açúcar.

Para os produtores rurais, no entanto, a grande preocupação está na disponibilidade dos fertilizantes essenciais para o plantio da safra de verão, especialmente o potássio. Independentemente da guerra, a oferta desse importante componente estava sacrificada por causa do embargo europeu sobre Belarus, que fornece entre 15% e 18% da produção mundial. Também pode haver redução da oferta de nitrogenados, por causa do aumento do petróleo e do gás – nesse caso, em função da guerra.

Algumas associações de representação de agricultores estão discutindo a possibilidade de usar menos fertilizantes por hectare, o que dependerá, é evidente, das indispensáveis análises do solo para verificação dos níveis mínimos de demanda de cada plantação pelos diferentes nutrientes.

Essa pode ser uma medida emergencial interessante, mas cujo resultado deveria reduzir a produtividade por área, que, por sua vez, poderia ser compensada pelo menor custo do plantio. São todos elementos geradores de grande incerteza quanto ao futuro próximo, e os produtores estão muito atentos às variações do mercado para tomar decisões sobre o que plantar e sobre quando e quanto comprar para a fundação da safra 2022/23. ■

PRODUZIR

IMPACTO SOBRE O MERCADO DE FERTILIZANTES

TERESA CRISTINA VENDRAMINI
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)



DESDE O final de fevereiro último, temos acompanhado diariamente o drama humanitário que se dá com a invasão da Ucrânia pela Rússia. Assistimos aos desdobramentos que um conflito como esse pode causar no mundo inteiro. E um dos mais graves, sem dúvida, é o clima de incerteza crescente na economia de diferentes países dependentes do fluxo de comércio internacional com o Leste Europeu para seguir produzindo alimentos.

Aqui, no Brasil, a alta dependência de fertilizantes importados levanta um dos aspectos que nos deixa mais frágeis em momentos como o atual. Sabemos da importância representada pela agricultura brasileira para a segurança alimentar no Planeta: dados recentes compilados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) mostram a capacidade atual do Brasil de garantir o abastecimento de alimentos para 800 milhões de pessoas no mundo.

Porém, a manutenção de altos níveis de produtividade agrícola precisa contar com alta tecnologia. Isso exige e inclui o correto uso de fertilizantes nas lavouras e nas pastagens. É aí que entra o grande tamanho da nossa utilização: importamos 85% dos fertilizantes utilizados para o plantio de culturas.

No mercado mundial, os maiores fornecedores desses insumos são países envolvidos de forma direta ou indireta em conflitos geopolíticos, como a Rússia e Belarus. Esses países não apenas decidiram restringir as exportações das principais matérias-primas, mas também são alvos de sanções internacionais, que dificultam acessos alternativos aos principais fornecedores mundiais.

O Brasil consumiu 45,9 milhões de toneladas de fertilizantes em 2021, segundo dados divulgados pela Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda). O volume representa um crescimento de 13% em relação ao do ano anterior.

A boa notícia é que não ficamos parados e reagimos com razoável rapidez. Em março último, o governo federal lançou o chamado Plano Nacional de Fertilizantes (PNF), com o objetivo de reduzir para 45% a dependência de produtos importados pelo Brasil até 2050. O foco de ação concentra-se na atração de investimentos e incentivos para a mineração, já que o País possui reservas razoáveis de alguns dos seus principais itens utilizados, mas ainda depende de entraves econômicos e burocráticos.

Como parte das medidas do PNF, a Caravana Embrapa FertBrasil busca compartilhar informações e tecnologia com os agricultores brasileiros, para aumentar a eficiência na aplicação dos fertilizantes. O objetivo é reduzir o uso de fertilizantes na safra 2022/23 em 20%, com uma economia de até US$ 1 bilhão, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Em paralelo, torcemos para os contatos com países fornecedores, como o Canadá e o Irã, avançarem em um bom ritmo.

Para a SRB, a união de forças entre o setor privado, o setor público e a comunidade científica será fundamental para superar o momento desafiador. Produtores rurais devem analisar o solo e usar fertilizantes na medida correta e econômica, já que o mercado mundial aquecido leva os fertilizantes a preços recorde. De outro lado, o bom senso deve imperar nas relações internacionais para manter a segurança alimentar dos países. ■

O Brasil consumiu 45,9 milhões de toneladas de fertilizantes em 2021 – volume 13% superior ao do ano anterior.



OPINIÃO

UMA SAA MAIS PRÓXIMA DO PRODUTOR E DOS MUNICÍPIOS

ITAMAR BORGES
Deputado estadual (MDB/SP)

NAS ANDANÇAS que tenho feito pelo interior de São Paulo nos últimos meses, uma das coisas que mais me emociona e me traz satisfação é ouvir de prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e comunidades em geral que a Secretaria de Agricultura e Abastecimento está mais próxima dos municípios. Como ex-prefeito e municipalista declarado, tenho repetido exaustivamente uma frase: "A vida acontece no município". Isso não é um clichê. Trata-se de uma constatação diante da dinâmica da vida urbana moderna, que precisa nortear o serviço público. Por isso, a atenção do governo do estado de São Paulo tem sido muito especial em relação às Prefeituras.

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento tem uma extensão ímpar, espalhando-se pelos quatro cantos do estado. Toda essa capilaridade, somada a um conjunto de programas estruturantes e à vontade política de investir no agro, aproximou-a ainda mais do produtor e da sociedade. Essa aproximação é fundamental para a definição de políticas públicas que vão tocar a vida dos paulistas, como o programa Município AgroSP, que visa fomentar a implantação de iniciativas voltadas ao setor do agronegócio na esfera municipal.

As ações da Secretaria têm atendido essencialmente demandas de quem produz e de quem consome a produção no estado. O Programa Segurança no Campo, por exemplo, garante o patrulhamento das regiões rurais com viaturas modernas e bem equipadas. O Programa Melhor Caminho favorece os agricultores e o escoamento da produção agropecuária ao melhorar as condições das estradas rurais. Já o Programa Rotas Rurais moderniza o mapeamento de propriedades rurais e viabiliza um melhor acesso a serviços públicos básicos e fundamentais, como saúde e segurança. A esses programas, somam-se muitas outras iniciativas, como o Projeto Estadual Cozinhalimento, o Projeto Cesta Verde, o seguro rural e a linha de crédito do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP), entre outras.

Além disso, a gestão da Secretaria tem aumentado a atenção a setores que são fundamentais para o futuro, como a inovação e a sustentabilidade. A vocação do estado de São Paulo para a área de pesquisa vem sendo amplificada com a Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) e os seus seis institutos vinculados. Ampliamos os recursos para esses órgãos porque acreditamos na ciência e na pesquisa como catalisadores do desenvolvimento econômico e social.

Temos convicção de que o melhor caminho para o setor público impulsionar o agro é investir em políticas modernas e sustentáveis. Estamos trabalhando intensamente para proporcionar harmonia entre o meio ambiente e a produção agropecuária. Para isso, consolidamos o Programa de Regularização Ambiental (PRA), que regula a adequação das propriedades rurais ao Código Florestal brasileiro e promove a recomposição de áreas degradadas. Isso assegura a manutenção das áreas em produção agropecuária e a ampliação dos espaços sob proteção ambiental.

Com o fim do período de desincompatibilização em abril, deixo a Secretaria para retornar às atividades da Assembleia Legislativa, sempre com foco em apoiar o crescimento do agro no estado de São Paulo. Tenho, sim, a sensação de dever cumprido e de que deixo um bom legado para quem me suceder, com a certeza da continuidade e do aprofundamento dos programas e das ações da Secretaria.

Por fim, deixo o meu agradecimento a esse time de craques da Secretaria, em todas as áreas: na pesquisa, na Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), na Coordenadoria de Defesa Agropecuária e na Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios (Codeagro). O incansável e qualificado trabalho dos servidores da Secretaria nos dá condições de avançar e de projetar um futuro mais próspero para as políticas públicas de apoio ao agro. ■

"...a gestão da Secretaria tem aumentado a atenção a setores que são fundamentais para o futuro, como a inovação e a sustentabilidade."

REFLEXÃO

UM CONVITE AO BRASIL

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO

Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)



Viver é desenhar sem borracha.

Millôr Fernandes

APÓS DOIS anos problemáticos de pandemia, com endividamento fiscal dos países, inflação e logística destroçada, vem a guerra. Fornecedora de fertilizantes e derivados de petróleo e gás, a Rússia coloca o mundo em polvorosa, criando os temíveis riscos à humanidade: inseguranças alimentar e energética. Já a Ucrânia é produtora de alimentos.

A motivação disso, complexa e relevante, está na realidade hostil e na reação indignada da Rússia a um processo de mudança que a Ucrânia desenhava com o Ocidente, mais precisamente com a Europa. Difícil de engolir, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) silencia e assiste enquanto o mundo ocidental faz sanções pesadas à Rússia.

O resultado da invasão da Ucrânia e das sanções do Ocidente é a subida vertiginosa dos preços do petróleo e das *commodities* em geral. O Brasil segue colhendo e vendendo os seus produtos do agro, mas tem pesadelos com a potencial falta de insumos para a agricultura nos próximos meses.

Vive-se uma conjuntura que pode ser longa em consequências. O Brasil exporta para os países em guerra e importa muito da Rússia em fertilizantes. Por um lado, a subida dos preços de grãos em geral dificulta a vida das granjas de frangos e suínos, mas, por outro lado, tem impactos positivos sobre os preços das *commodities*, mesmo com o câmbio se valorizando.

Em momentos assim – a que, no caso brasileiro, somam-se as eleições majoritárias –, vale refletir o que nos espera. A geopolítica dá sinais de riscos iminentes, justificando as apreensões do Ocidente, pois não se trata de um conflito localizado. A insegurança com o abastecimento de alimentos e energia transforma tudo em um enorme pesadelo.

Um cenário de horror traz ameaças assustadoras, mas também oportunidades. Enquanto o Ocidente discutia ESG (sigla em inglês para meio ambiente, aspectos sociais e governança) nas empresas, a Rússia planejava cada passo do que está acontecendo.

O Brasil precisa realizar as reformas essenciais e ser cada vez mais competitivo, pois o mundo tenderá a subsidiar, proteger e ter medidas de precaução mesmo com o espectro da fome. O agro brasileiro é muito competitivo e está enraizado em ciência. O conceito de produtividade equivale a ser produtivo em todas as frentes, na lógica da produtividade total dos fatores (PTF), assim como ser sustentável na forma de produzir e efetivar as suas leis ambientais. Desta forma, será possível para o País reduzir as emissões de carbono e se mostrar capaz de atender o índice que a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, na sigla em inglês) já indicou como aquele segundo o qual será preciso expandir a oferta de alimentos, além de terem sido expostos, na COP-26, os esforços para a descarbonização.

Na competitividade, está incluída a obrigação da sustentabilidade, basicamente porque é vantagem competitiva ser sustentável! Daí o realce da grande mudança global da valorização ambiental, com regras legais e morais.

O agro percebe conceitualmente isso no Brasil, mesmo antes das definições legais. Afinal, o agricultor brasileiro é conservacionista sem grandes discursos sobre o tema.

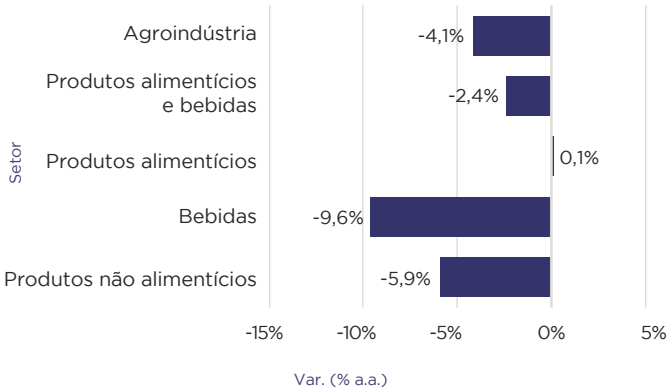
Neste novo mundo que emerge em pandemia/guerra, o Brasil é o grande convidado a participar nas perspectivas de segurança alimentar e de descarbonização em nível global. Essa é a relevância competitiva do Brasil, e ser protagonista é a oportunidade. A sociedade brasileira vai se posicionando claramente sobre o tema e as empresas produtoras, abraçando esse novo momento da história. ■

"O Brasil precisa realizar as reformas essenciais e ser cada vez mais competitivo, pois o mundo tenderá a subsidiar, proteger e ter medidas de precaução mesmo com o espectro da fome."

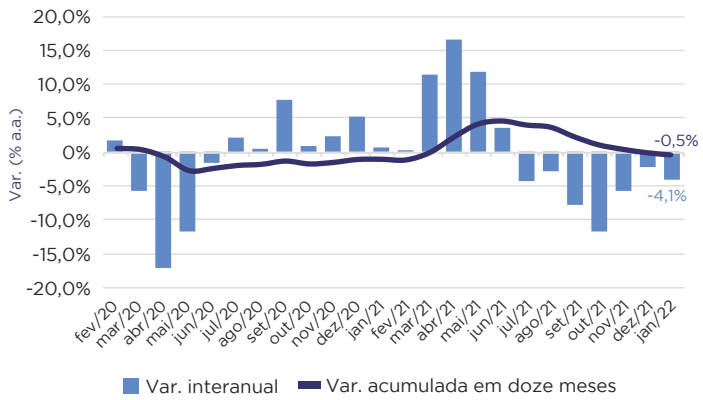
ÍNDICE DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL (PIMAGRO)

REFERÊNCIA: JANEIRO DE 2022

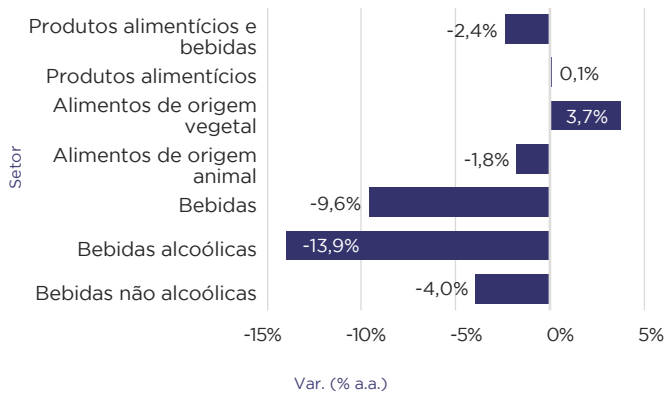
AGROINDÚSTRIA E PRINCIPAIS SETORES: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM JANEIRO DE 2022



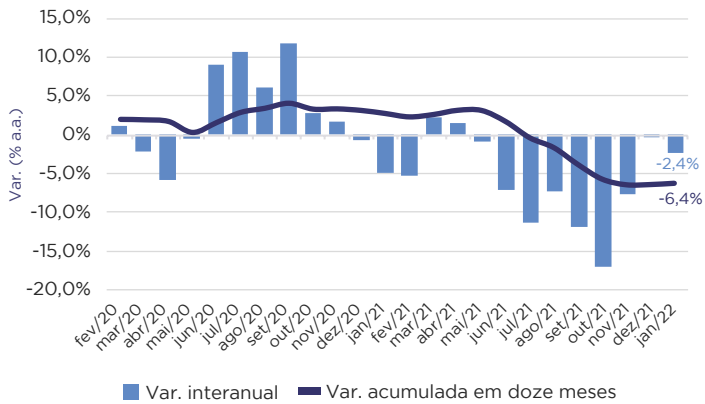
AGROINDÚSTRIA: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



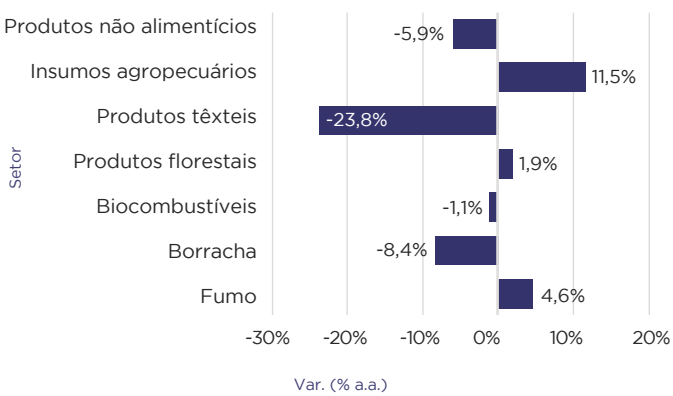
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM JANEIRO DE 2022



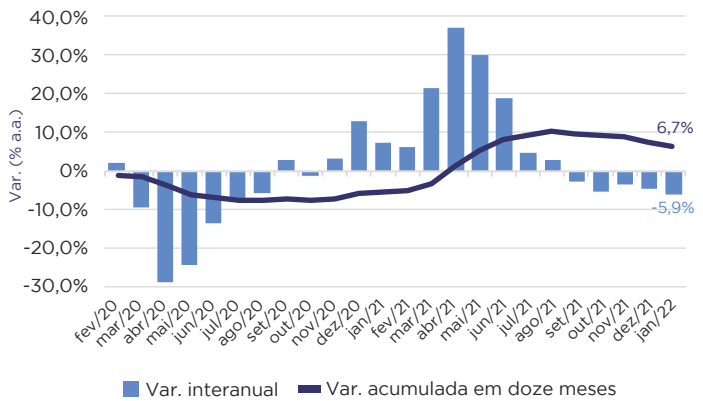
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



PRODUTOS NÃO ALIMENTÍCIOS: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM JANEIRO DE 2022



PRODUTOS NÃO ALIMENTÍCIOS: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal/IBGE; elaboração: FGV Agro

fgv.br/mba

MBA EXECUTIVO EM ECONOMIA E GESTÃO:

AGRONEGÓCIO

FORMAÇÃO MULTIDISCIPLINAR PARA LIDERAR POTÊNCIAS ECONÔMICAS

Um setor que desempenha expressiva participação na economia brasileira precisa de profissionais completos, atualizados às ferramentas de gestão e, principalmente, preparados para soluções práticas, inovadoras e ousadas.

CONHEÇA O CURSO.
NAS MODALIDADES
PRESENCIAL E LIVE.

INSCREVA-SE



MBA FGV
É MAIS QUE MBA. É FGV.

RESERVE SUA AGENDA

01 AGOSTO
2022

Sheraton WTC
São Paulo Hotel

PRESENCIAL
E ONLINE

21º CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO

INTEGRAR PARA FORTALECER

www.congressoabag.com.br

abag

[B]³